



Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2011

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa (Bovespa: TRNA11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submete à apreciação de V. Sas. o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas com parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nas regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano passado foi muito difícil para a economia mundial. A crise da dívida na zona do Euro, o rebaixamento da dívida soberana dos EUA e o parco crescimento registrado nas economias mais relevantes colocaram os mercados sob uma sombra de desconfiança. O business Taesa é resistente à turbulência externa. Em meio ao turbilhão que sacudiu os mercados mundo afora, a Taesa reafirmou sua posição não somente como um player forte de dividendos, entregando um dividend yield de 28%, mas também como um player ativo de M&A no segmento brasileiro de transmissão de energia, fechando um negócio de R\$1,1 bilhão. Apesar de sua intensa atividade financeira, a Companhia preservou seus indicadores de crédito, tendo obtido o grau de investimento pelas três principais agências de classificação de risco. A margem EBITDA continua em elevado patamar, tendo atingido 90,5%, não ajustados para o IFRS, e 89,7% ajustados para o IFRS. O Lucro Líquido atingiu R\$495 MM, aumentando 15,6% em relação a 2010. Do ponto de vista da Companhia, 2011 foi um bom ano.

A Taesa registrou em 2011 resultados que refletem avanços relevantes em sua gestão, governança e estratégia corporativa. Na dimensão operacional, os resultados indicam sólido desempenho e qualidade na disponibilização do sistema de transmissão, demonstrados pela manutenção dos elevados níveis de disponibilidade de nossas linhas de transmissão e demais instalações. A evolução significativa da eficiência operacional praticada nos mais diversos processos da Companhia pode ser verificada pela melhoria da Margem de EBITDA e, consequentemente, pela maior geração de caixa. Merece destaque que durante esse exercício, os ganhos de eficiência foram advindos também de diversas ações de melhoria nos processos internos da Companhia, contemplando as mais variadas atividades técnicas, administrativas, de suporte e infra-estrutura, bem como na gestão de recursos humanos.

Os resultados da Taesa foram suportados por um elevado padrão de governança corporativa, composta por uma sólida base de acionistas e por uma gestão profissional. A base de acionistas controladores da Companhia, composta pela CEMIG, como sócia operadora de reconhecida qualidade na gestão de ativos do setor, elétrico e pelo FIP COLISEU como sócio de grande competência na dimensão financeira e de investimentos, contribuiu de forma relevante para os ganhos obtidos através da atuação nos fóruns de decisão da Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês específicos). Esta combinação de competências dos Acionistas acrescidas à Equipe da Taesa, que possui uma trajetória de sucesso na gestão de seus ativos e um quadro funcional de reconhecida excelência técnica e administrativa, alavancou de forma substancial os resultados do ano de 2011 e potencializaram a competitividade da Companhia.

Somando-se a tudo isso, temos como diretriz estratégica a busca permanente por oportunidades que permitam o crescimento sustentável com agregação de valor para nossos acionistas e partes relacionadas. No ano de 2011, a Companhia adquiriu 100% de uma concessão (NTE) e mais 50% de outras quatro concessões por meio da holding UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE). Outro esforço no sentido de crescimento foi a participação da Companhia no leilão de transmissão nº 004/2011 realizado pela ANEEL durante o ano de 2011, no qual ficou demonstrado o esforço para adquirir novos ativos e o foco no segmento, condicionados a uma rígida disciplina financeira, estabelecida pelos parâmetros e diretrizes de agregação de valor determinados pelos nossos acionistas.

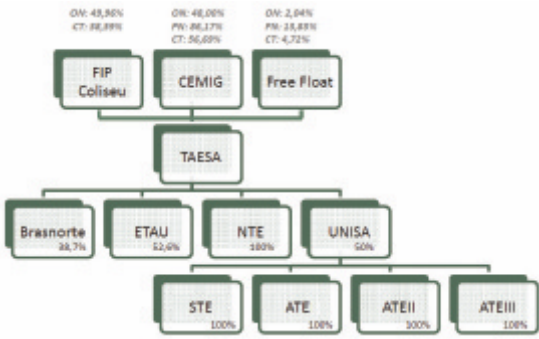
A Taesa, responsável social e ambientalmente, busca promover a efetiva inserção nas áreas em que atua e o desenvolvimento sustentável, implantando ações e medidas em projetos de cunho social e esportivo, no sentido de subsidiar as decisões estratégicas com os conceitos de sustentabilidade e equidade entre gerações.

A Administração da Taesa registra os agradecimentos aos seus Acionistas pelo suporte e confiança fundamentais para a concretização de todas as ações e projetos que proporcionaram os resultados alcançados. Nosso agradecimento também a todos os nossos Colaboradores que de forma determinada e comprometida, construíram os ganhos obtidos. Destacamos também o nosso reconhecimento a todos os Fornecedores, Parceiros e demais Partes Relacionadas pela contribuição decisiva nas mais diversas ações realizadas no ano de 2011.

Com grande satisfação apresentamos os resultados de 2011, percebendo que obtivemos êxito em muitas iniciativas neste histórico exercício de consolidação da Taesa. Neste relatório, detalhamos alguns fatores, que do nosso ponto de vista, levaram a Companhia a atingir os expressivos resultados no exercício de 2011.

A COMPANHIA

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Taesa” ou a “Companhia”) é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é realizar serviços diversos no âmbito do setor elétrico nacional. As atividades da Taesa são a implementação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil.



A Taesa detém 13 (treze) concessões outorgadas pelo prazo de 30 (trinta) anos pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), 6 (seis) no âmbito da holding e 4 (quatro) controladas, ETAU (53%), Brasnorte (39%), NTE (100%) e UNISA (50%). A UNISA detém participação de 100% em quatro concessões, ATE, ATE II, ATE III e STE. Atualmente, a Taesa opera um total de 6.250 km de linhas de transmissão, um total de 47 subestações e 1 centro de controle.



A Companhia opera suas instalações integradas com base em regulamentos editados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), orientações e diretrizes do Operador Nacional do Sistema (“ONS”) e de acordo com as condições previstas em seus Contratos de Concessão (celebrados com a ANEEL) e Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (celebrados com o ONS).

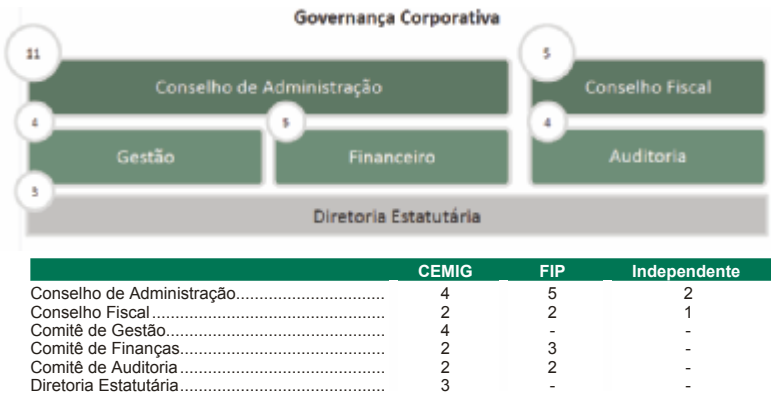
A Taesa é detentora, ainda, de 38,66% do capital social da Brasnorte, titular do Contrato de Concessão nº 003/2008. As demais acionistas da Brasnorte são as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”), que detém 49,71% de seu capital e a Bimetal Energia S.A. (“Bimetal”), que participa de 11,62% do capital social. Quanto à ETAU, titular do Contrato de Concessão n.º 082/2002, a Taesa participa com 52,58% do seu capital social, sendo as demais participações compostas por 27,42% da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”), 10% da DME Energética Ltda. (“DME-PC”) e 10% da Companhia Estadual de Energia Elétrica S.A. (“CEEE – GT”). Na UNISA, titular dos contratos de concessão 081/2002 (STE), 003/2004 (ATE), 011/2005 (ATE II) e 001/2006 (ATE III), a TAESA participa com 50% do seu capital social, sendo os demais 50% pertencentes à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (“Abengoa”). A Taesa ainda possui 100% do capital social da NTE, titular do contrato de concessão nº 002/2002.

Como concessionária de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, praticamente todas as receitas da Companhia são oriundas da Receita Anual Permitida (“RAP”) que recebe em contrapartida pela implementação, operação e manutenção de suas instalações de transmissão. A RAP é baseada no valor ofertado pela concessionária vencedora do leilão e não está relacionada ao volume de energia elétrica transmitido por suas instalações. A RAP é reajustada anualmente com base na inflação, medida pelo IGP-M, com exceção da RAP da Brasnorte e ATE III, que é reajustada na mesma periodicidade pelo IPCA. Além do reajuste anual previsto nos Contratos de Concessão, a RAP pode ainda sofrer reajustes em decorrência de eventos extraordinários, tais como alterações na legislação aplicável ao setor e investimentos em linhas e instalações de transmissão devidamente aprovados pela ANEEL.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Taesa está comprometida com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa, sendo a Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA. Além disso, a Companhia confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (*Tag Along*).

A alta Administração da Companhia tem experiência significativa no setor e é acompanhada de perto pelos Acionistas Controladores, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, através da presença ativa de três comitês: de gestão, financeiro e de auditoria. O principal papel desses comitês é filtrar e analisar os assuntos que serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração e Fiscal.



Certificação ISO 9001:2008 - Em 12 de outubro de 2009, a Companhia obteve, por meio da empresa certificadora Bureau Veritas, a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001:2008, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. nas concessões Novatrans Energia S.A. e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A., abrangendo o seguinte escopo: Prestação de Serviços de Operação e Manutenção na Transmissão de Energia Elétrica. No período de 30/03 à 01/04/2011 houve a Auditoria de Manutenção e foi constatado que o Sistema de Gestão da Qualidade está implementado dentro dos requisitos da Norma ISO 9001:2008, mantendo assim, a Certificação ISO 9001:2008. Em 01 de abril de 2011, o Órgão Certificador enviou relatório recomendando a manutenção da certificação.

Comissão de Ética, Canal de Comunicação com a Comissão de Ética e e-mail do Compliance Officer - Em outubro de 2010, a Taesa constituiu uma Comissão de Ética com o objetivo de esclarecer e averiguar questões relacionadas aos temas tratados no Código de Ética adotado pela Companhia. Com isso, todos os colaboradores poderão informar dúvidas, críticas, sugestões e ocorrências relacionadas ao Código de Ética da Companhia, através do Canal de Comunicação com a Comissão de Ética. O colaborador poderá optar pela identificação ou não no momento do envio de sua mensagem através do referido Canal. O sistema foi elaborado de forma a não permitir qualquer registro de dados pessoais ou do computador utilizado para o cadastro do comunicado, caso o colaborador decida por não se identificar. O e-mail do Compliance Officer, publicado no Código de Ética da Taesa, continua ativo, porém é destinado às pessoas que estão fora de nossa organização e que queiram informar tais ocorrências relacionadas ao Código de Ética da Taesa.

Auditoria Interna - Durante o ano de 2011, os trabalhos de Auditoria Interna foram focados na identificação de riscos relacionados à elaboração e divulgação dos relatórios financeiros da Companhia. Sendo assim, foi implementada uma estrutura de controles internos para mitigação dos riscos identificados, de forma a assegurar os processos envolvidos. Vale ressaltar que o processo de auditoria interna é regido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA) e, portanto, a área de Auditoria Interna da Taesa deve seguir os padrões de Conduta e Código de Ética e as normas (de atributo, desempenho e implementação) estabelecidas por este Instituto, para o exercício profissional de suas atividades.

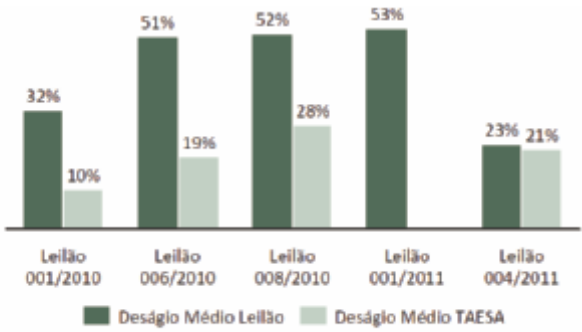
Implantação da SOX – Lei Sarbanes Oxley - A Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig negocia ações na New York Stock Exchange (NYSE) e, por esta razão, é obrigada a se adequar à Lei norte-americana Sarbanes Oxley Act (SOX), que visa garantir a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis nas empresas, incluindo ainda regras para a criação de comitês encarregados de supervisionar suas atividades e operações, de modo a mitigar riscos aos negócios, evitar a ocorrência de fraudes ou assegurar que haja meios de identificá-las quando ocorrem, garantindo a transparência na gestão das empresas. Após o advento da OPA – Oferta Pública de Ações, ocorrido em 06 de maio de 2010, a Taesa tornou-se individualmente significativa nas Demonstrações Financeiras da Cemig, contribuindo com percentual superior a 5% no lucro antes dos impostos e no ativo consolidado de sua controladora. Como consequência a Companhia ficou obrigada a iniciar a implantação de uma estrutura de controles internos e procedimentos estabelecidos pela SOX, com escopo reduzido, de forma a contribuir com a certificação de sua controladora Cemig.

DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS

Leilões de transmissão

A Taesa participou do leilão de transmissão nº 004/2011, realizado em 02 de setembro pela ANEEL, com receita anual permitida (RAP) máxima de R\$ 341,3 MM, Capex estimado de R\$ 2,8 bilhões, 2.051 km de linhas de transmissão e 13 subestações.

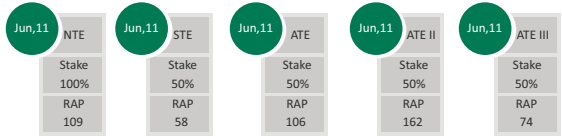
O gráfico abaixo mostra o desconto médio dos leilões, bem como o desconto médio praticado pela Taesa.



Novas aquisições

Em junho de 2011, a Taesa anunciou com a realização de um negócio com a ABENGOA de R\$ 1,1 bilhão para adquirir uma concessão (NTE) e 50% de outras 4 concessões (ATE, ATE II, e ATE III, e STE). O negócio foi concluído em 30 de novembro de 2011.

RAP: R\$/Milhões



Proteção natural contra a inflação

Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGPM ou IPCA, o negócio da TAESA é naturalmente protegido contra aumentos de inflação.

A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação de 12 meses (IGPM ou IPCA), de junho do ano anterior à maio do ano em referência. A tabela à direita mostra o ajuste anual da RAP desde 2007.

Ciclo	IPCA	IGP-M
2007/2008	3,2%	4,4%
2008/2009	5,6%	11,5%
2009/2010	5,2%	3,6%
2010/2011	5,2%	4,2%
2011/2012	6,6%	9,8%

Em junho de 2011 a ANEEL publicou o Ciclo da RAP 2011/2012, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.171.

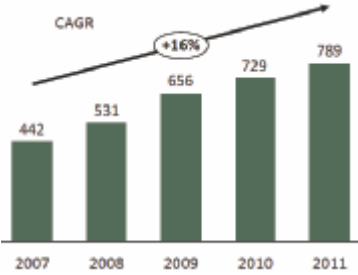
Fluxo de caixa robusto e estável

Um dos aspectos mais importantes do negócio da Taesa é a estabilidade do seu fluxo de caixa operacional. Além de ser estável, o fluxo de caixa operacional da empresa também é fácil de ser previsto, já que a receita da Companhia é definida por um contrato de concessão e as margens também são estáveis.

Uma maneira precisa de compreender a capacidade de geração de caixa da Taesa é analisar a evolução do EBITDA não ajustado para o IFRS.

O EBITDA não ajustado para o IFRS é um indicador financeiro chave devido a sua aderência ao fluxo de caixa operacional da Companhia.

O gráfico à direita mostra a evolução do EBITDA não ajustado de 2007 até 2011, que apresentou um crescimento composto anual de 16%. A estabilidade e a força do fluxo de caixa operacional preparam o terreno para a política de dividendos da Companhia.



O objetivo da Companhia é ser líder entre as empresas do setor de transmissão de energia elétrica do Brasil, prestar serviços públicos de alta qualidade e maximizar valor para seus Acionistas e Colaboradores, Agentes conectados às suas instalações (incluindo geradoras e distribuidoras de energia elétrica) e para o Poder Concedente e Autoridades Regulatórias.

Dividendos

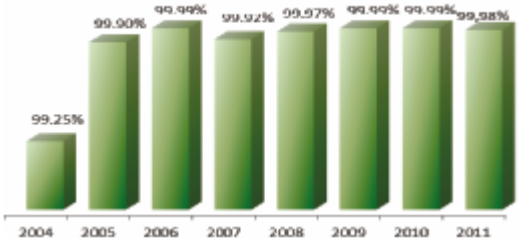
De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir pelo menos 50% do seu Lucro Líquido após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal. O gráfico abaixo mostra o histórico de pagamento de dividendos desde 2007.

Em 2011, a Companhia pagou 95% do Lucro Líquido de 2010 e também uma Reserva de Lucros Acumulados criada devida à adoção do IFRS. O montante total de R\$ 741 MM foi alcançado em 31 de outubro de 2011, quando a Taesa pagou o saldo de R\$ 333MM referente a reserva do lucro

DESEMPENHO OPERACIONAL

Do ponto de vista operacional, a Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2011 o resultado de 99,98% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos. Como consequência, controlamos a parcela variável dentro dos limites planejados e fechamos 2011 contabilizando a parcela em torno de 0,8% da nossa Receita Anual Permitida (RAP).

Disponibilidade das Linhas de Transmissão



O Faturamento Operacional da Taesa foi reajustado conforme previsto em seus contratos de concessão, resguardando-a de perdas inflacionárias e mantendo-se nos patamares esperados pela Administração. As concessões da Taesa têm como principal índice de reajuste de suas receitas a variação do IGP-M. Este mecanismo é aplicado a, aproximadamente, 99% do montante das receitas.

RAP (R\$ milhões)	Ciclo 2004/2005	Ciclo 2005/2006	Ciclo 2006/2007	Ciclo 2007/2008	Ciclo 2008/2009	Ciclo 2009/2010	Ciclo 2010/2011	Ciclo 2011/2012
Ajuste IGP-M	7,0%	9,1%	-0,3%	4,4%	11,5%	3,6%	4,2%	9,8%
Novatrans	246,9	269,3	268,5	280,3	312,6	324	337,5	370,5
TSN*	224,6	245	244,2	254,9	287,4	303,2	315,4	346,2
TSN LT Camaçari II/Sapeaçu (Munirah)	0	18,4	18,3	19,1	21,3	22,1	23	26
TSN LT Goiânia/Mussurê (GTESA)	4,2	4,6	4,6	4,8	5,3	5,5	5,8	6,3
TSN LT Paraíso/Agui (PATESA)	9,9	10,8	10,7	11,2	12,5	13	13,5	15,2
ETAU¹	9,3	12,7	12,6	13,1	14,6	15,2	14,8	16,3
ETEO	83,5	91,1	90,8	94,8	105,8	109,6	114,2	125,4
NTE	0	0	0	0	0	0	0	109,1
STE¹	0	0	0	0	0	0	0	29,1
ATE I¹	0	0	0	0	0	0	0	53,1
ATE II¹	0	0	0	0	0	0	0	80,8
Ajuste IPCA	5,2%	8,1%	4,2%	3,2%	5,6%	5,2%	5,2%	6,6%
Brasnorte¹	0	0	0	0	0	6,3	6,7	8,1
ATE III¹	0	0	0	0	0	0	0	37,1
Total	578,4	651,9	649,8	678,3	759,6	799	830,8	1.223,3

Incluindo os projetos de reforços de Bom Jesus da Lapa, Serra da Mesa e Serra da Mesa II

* Incluindo DIT dedicada a RGE

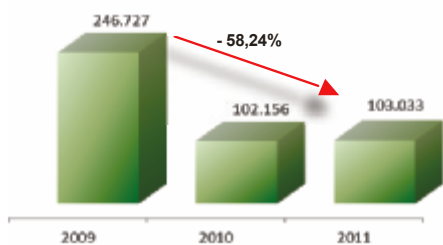
¹Valor de RAP proporcional a participação da Taesa

A RAP das concessões Munirah, Patesa, ETAU e Brasnorte tiveram um acréscimo acima do ajuste anual da inflação para compensar o valor de RGR do primeiro semestre de 2011.

Eficiência Operacional e Boas Práticas de Gestão

A Companhia, por sua vez, na busca da eficiência, focou sua gestão em processos operacionais e administrativos com o objetivo de capturar o máximo de valor para os seus acionistas.

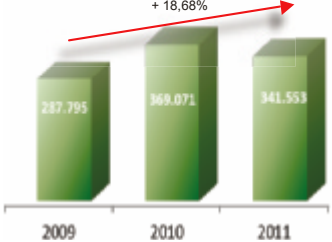
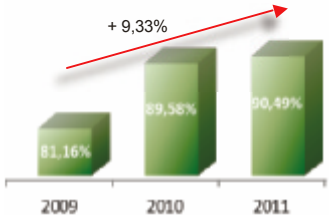
Associada à busca constante de melhoria na disponibilidade de nossos ativos, sob a perspectiva da gestão empresarial, foram priorizadas aquelas iniciativas que contribuíram para melhorar a eficiência operacional, a qualidade da prestação de nossos serviços, o resultado dos nossos processos internos e, consequentemente, as margens de rentabilidade. Dentre essas ações, podemos citar: a otimização de custos e recursos em geral, a dedicação à gestão dos recursos humanos; a adoção de melhores práticas empresariais; o desenvolvimento contínuo do sistema de gestão através da implementação de melhorias no SAP e outros sistemas; a melhoria da plataforma de TI; dentre várias outras iniciativas análogas.



EBITDA

	Com IFRS			
	2011	2010	Var	Var (%)
Receita operacional Líquida	997.244	798.594	198.650	24,87%
EBITDA	894.211	696.437	197.774	28,40%
Margem EBITDA - padrão	89,67%	87,21%	-	2,46%

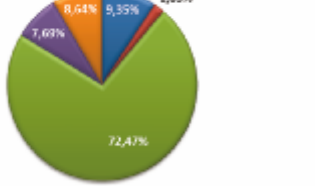
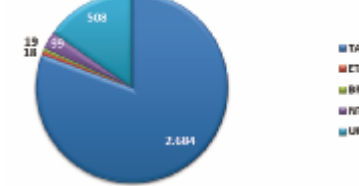
	Sem IFRS			
	2011	2010	Var.	Var (%)
Receita operacional líquida	872.154	814.153	58.001	7,12%
EBITDA.....	789.170	729.316	59.854	8,21%
Margem EBITDA - padrão.....	90,49%	89,58%	-	0,91%



- Reajuste da RAP das Concessionárias referente ao novo ciclo 2011/2012;
- Otimização dos custos e despesas operacionais adotando melhores práticas empresariais;
- Dedicção a gestão dos recursos humanos;
- Melhorias na plataforma de TI, entre outros.

Endividamento

	2011	2010
Curto prazo	1.314.304	54.017
Longo prazo.....	2.015.405	1.487.279
Dívida bruta	3.329.709	1.541.296
(-) Caixa e outros investimentos.....	(560.322)	(477.413)
Dívida líquida	2.769.387	1.063.883
Dívida líquida/EBITDA padrão.....	3,10	1,53



Rating

Fitch	Rating	Perspectiva
Rating para moeda local e estrangeira	BBB	Estável
Rating em escala nacional	AAA(bra)	Estável

Standard & Poor's	Rating	Perspectiva
Rating de crédito corporativo na Escala Nacional Brasil	brAAA	Estável
Rating de curto prazo para 4º emissão de notas promissórias	brA-1	Estável
Rating na escala global	BBB-	Estável

Moody's	Rating	Perspectiva
Rating Escala Global	Baa3	Estável
Ratings Escala Nacional Brasileira	Aa1.br	Estável

MELHORIAS CONTÍNUAS

Em outubro de 2011, iniciou-se também o Projeto maiSAP que tem como objetivo a implantação de melhorias no sistema SAP que visam aprimorar os controles internos da Companhia.

Em outubro de 2011, iniciou-se também o Projeto maiSAP que tem como objetivo a implantação de melhorias no sistema SAP que visam aprimorar os controles internos da Companhia.

GESTÃO DE PESSOAS

Além disso, as estratégias de Recursos Humanos resumem um conjunto de princípios, conceitos e um ciclo de ações que visam ao desenvolvimento, a qualidade de vida, a motivação dos colaboradores, e por consequência, o sucesso da Companhia.

Atração e retenção de talentos

Com base nesta premissa, a Taesa adotou a prática do Recrutamento Interno, mediante a qual, antes de buscar novos profissionais no mercado, essas oportunidades são disponibilizadas para seus colaboradores, promovendo reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Com essa prática, a empresa propicia expectativa de futuro profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

Capacitação

A Taesa pretende ampliar ainda mais as ações de capacitação, incentivando e apoiando o colaborador em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

Plano de Cargos & Salários

Os colaboradores fazem jus, ainda, a uma remuneração variável, observada e alinhada ao resultado financeiro da Companhia, em conjunto com o atendimento em nível acima das expectativas das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

Processos de Comunicação

Segurança do Trabalho

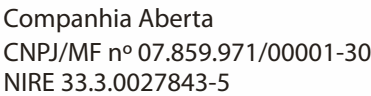
A Taesa, buscando comprometer seus colaboradores com uma cultura de segurança, em 2011, promoveu diversos cursos de capacitação e atualização em normas de segurança e direção defensiva.

Com relação aos indicadores de segurança, que servem de subsídio para análise de Segurança, permitindo planejar ações de forma a prevenir acidentes, os dias de afastamento devido a acidente no trabalho, por evento, não cumulativo foi 0 (zero) no ano de 2011.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Lei Rouanet

- **Projeto “A Escola do Escândalo”:** Produção e montagem do espetáculo “A Escola do Escândalo”, cujo texto foi escrito por Richard Sheridan há mais de 200 anos. A peça mostra como um texto escrito no século XVIII, por um autor inglês, continua tão atual nos dias de hoje. Temporada no Rio de Janeiro no Teatro Tom Jobim e em São Paulo.



• **Projeto "Os penetras":** Filme de longa metragem dirigido por Andrucha Waddington e estrelado por Marcelo Adnet e Eduardo Sterblitch.

• **Projeto "Saara":** Filme de longa metragem dirigido por Estevão Ciavatta e estrelado por Regina Casé.

• **Projeto Gonzaga de Pai Para Filho:** Filme de longa metragem dirigido por Breno Silveira.

• **Projeto "O vendedor de passados":** Filme de longa metragem dirigido por Lula Buarque de Holanda e estrelado por Lázaro Ramos e Aline Moraes.

• **Projeto "A Beira do Caminho":** Filme de longa metragem dirigido por Breno Silveira, estrelado por João Miguel, Dira Paes e Ângelo Antônio.

• **Projeto "O bebê de Tariatana Rosa":** Filme de média metragem com a adaptação do conto homônimo de João do Rio, jornalista e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras.

• **Projeto "Energia Sustentável":** Documentário. Sinopse:

Projeto “Mão na Bola”: O projeto esportivo “Mão na Bola”, patrocinado em 2010 e 2011 pela Taesa, destina-se à formação de jogadores de voleibol de praia, oferecendo a jovens de 11 a 20 anos um treinamento de excelência. Além de buscar a inserção de novos atletas em torneios nacionais e internacionais, objetiva também a formação de futuros campeões, considerando a possibilidade real de ter atletas representando o Brasil nas Olimpíadas “Rio 2016”. No que diz respeito à inclusão social, o projeto “Mão na Bola” procura atender moradores de comunidades de baixa renda, que apresentam potencial para a prática desse esporte, porém, não possuem condições para sustentar esse treinamento. Dentre os vários sucessos já alcançados pelo projeto, destaca-se o seu reconhecimento pela Confederação Brasileira de Volley-ball (”CBV”) como projeto pioneiro na estruturação das categorias de base no Vôlei de Praia, tendo sido também eleito pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer como Centro de Referência no Vôlei de Praia para as Olimpíadas “Rio 2016”. Em 2011, o “Mão na Bola” alcançou excelentes resultados tendo, seus atletas, conquistado o Campeonato Brasileiro Sub-21; o 3º lugar do Mundial Sub-21, o Campeonato Brasileiro Sub-19 e os Campeonatos Cariocas Sub-15 e Sub-14.

Os trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras de 2011, foram realizados pela KPMG Auditores Independentes. As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram prestados serviços pelos seus auditores independentes, relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras e consultoria para captação de recursos.

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.



1 - Base de Cálculo	2011	2010
Receita líquida (RL).....	997.244	798.594
Resultado operacional (RO).....	892.710	681.715
Folha de pagamento bruta (FPB).....	43.196	41.244

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral () não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%

na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%

Nº de empregados(as) ao final do período	
Nº de admissões durante o período	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	
Nº de estagiários(as)	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	
Nº de mulheres que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa:.....		3173%		2672%	
Número total de acidentes de trabalho:.....		0		0	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT (x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () não se envolve () direção	(x) direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) segue as normas da OIT () direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências () não se envolve () direção	(x) direção e gerências () todos(as) empregados(as) () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as) () todos(as) empregados(as) () todos(as) empregados(as)	(x) direção e gerências () não se envolve () direção	(x) direção e gerências () todos(as) empregados(as) (x) segue as normas da OIT () direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve () direção	() não se envolve () direção	() não se envolve () direção	() não se envolve () direção	() não se envolve () direção
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados () não se envolve na empresa	() não são considerados () não se envolve na empresa	() não são considerados () não se envolve na empresa	() não são considerados () não se envolve na empresa	() não são considerados () não se envolve na empresa
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve na empresa	() não se envolve na empresa	() não se envolve na empresa	() não se envolve na empresa	() não se envolve na empresa
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):.....	na empresa	na empresa	na empresa	na empresa	na empresa
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	na empresa	na empresa	na empresa	na empresa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	501.763	414.578	271.402	410.335
Clientes e ativo financeiro	7	958.731	630.356	678.404	613.894
Impostos e contribuições sociais	8	61.399	31.489	15.869	30.980
Estoque		3.099	786	786	786
Prêmio de opção de compra	17	1.927	-	-	-
Dividendos a receber	21	-	-	10.430	1.200
Outras contas a receber	14	38.862	4.466	44.437	3.652
Total do ativo circulante		1.565.781	1.081.675	1.021.328	1.060.847
Outros investimentos	6	58.559	62.835	-	60.998
Depósitos judiciais	11	9.781	3.579	3.599	3.385
Impostos e contribuições diferidos	9	619.449	638.664	572.322	636.579
Tributos diferidos	10	381	729	569	729
Ativo financeiro	7	4.215.380	2.769.725	2.660.021	2.594.751
Investimento	12	-	-	1.290.533	137.251
Imobilizado		13.940	12.741	13.930	12.741
Intangível	13	6.447	4.159	3.884	4.159
Outras contas a receber	14	862	2.002	797	3.274
Total do ativo não circulante		4.924.799	3.494.434	4.545.655	3.453.867
Total do ativo		6.490.580	4.576.109	5.566.983	4.514.714
Passivo					
Fornecedores		33.009	11.578	12.293	10.624
Empréstimos e financiamentos	15	1.281.042	24.269	1.196.637	16.453
Debêntures	16	33.262	29.748	33.262	29.748
Taxas regulamentares		39.435	12.368	28.614	12.003
Impostos e contribuições sociais	8	13.961	16.488	4.765	14.884
Dividendos a pagar	21	214.270	203.600	214.270	203.600
Diferencial de swap a pagar	17	632	-	-	-
Outras contas a pagar	14	42.307	10.464	10.666	9.707
Total do passivo circulante		1.657.918	308.495	1.500.507	297.019
Empréstimos e financiamentos	15	580.708	72.299	16.955	32.399
Debêntures	16	1.434.697	1.414.980	1.434.697	1.414.980
Impostos e contribuições diferidos	9	345.716	170.635	244.745	170.635
Tributos diferidos	10	188.237	93.378	87.875	84.922
Provisões	18	949	459	334	290
Outras contas a pagar	14	29.883	7.509	29.398	6.115
Total do passivo não circulante		2.580.190	1.759.260	1.814.004	1.709.341
Patrimônio líquido					
Capital social	20	1.312.536	1.312.536	1.312.536	1.312.536
Reserva de capital	20	594.507	594.507	594.507	594.507
Reserva de lucros	20	345.429	397.712	345.429	397.712
Dividendos adicionais propostos	20	-	203.599	-	203.599
Total do patrimônio líquido		2.252.472	2.508.354	2.252.472	2.508.354
Total do passivo		6.490.580	4.576.109	5.566.983	4.514.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reserva de capital Especial de ágio	Legal	Reservas de lucros Incentivo Fiscal	Especial	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.312.536	412.223	42.865	-	106.330	-	333.415	2.207.369
Baixa de reserva especial					(106.330)		106.330	-
Dividendos pagos							(106.330)	(106.330)
Aumento da reserva de capital		182.284						182.284
Lucro do exercício							428.630	428.630
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal			21.432				(21.432)	-
Dividendos obrigatórios							(203.599)	(203.599)
Dividendos adicionais propostos						203.599	-	-
Reserva especial	-	-	-	-	333.415	-	(333.415)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.312.536	594.507	64.297	-	333.415	203.599	-	2.508.354
AGO de 27 de abril de 2011:								
Aprovação dos dividendos propostos						(203.599)		(203.599)
Destinação da reserva especial como dividendos adicionais					(333.415)			(333.415)
Lucro do exercício							495.399	495.399
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal			24.770				(24.770)	-
Reserva de incentivo fiscal				42.095			(42.095)	-
Dividendos obrigatórios							(214.267)	(214.267)
Constituição de reserva especial	-	-	-	-	214.267	-	(214.267)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.312.536	594.507	89.067	42.095	214.267	-	-	2.252.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	26	997.244	798.594	937.425	-
Pessoal e administradores		(23.964)	(26.015)	(23.393)	-
Material		(20.958)	(19.840)	(14.282)	-
Serviços de terceiros		(16.166)	(18.869)	(11.918)	-
Depreciação e amortização		(445)	(413)	(434)	-
Outros custos operacionais		(2.557)	(5.437)	(4.300)	-
Custos operacionais		(64.090)	(70.574)	(54.327)	-
		933.154	728.020	883.098	-
Pessoal e administradores		(21.577)	(15.229)	(21.965)	(2.149)
Serviços de terceiros		(11.587)	(11.627)	(10.984)	(4.957)
Depreciação e amortização		(1.056)	(14.309)	(1.056)	(14.975)
Outras despesas operacionais		(6.224)	(5.140)	(5.911)	(452)
Despesas administrativas		(40.444)	(46.305)	(39.916)	(22.533)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras					
líquidas, equivalência patrimonial e impostos		892.710	681.715	843.182	(22.533)
Receitas financeiras	27	63.513	47.284	50.965	10.228
Despesas financeiras	27	(242.230)	(171.897)	(213.108)	(56.090)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(178.717)	(124.613)	(162.143)	(45.862)
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	27.721	446.785
Resultado antes dos impostos		713.993	557.102	708.760	378.390
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(77.227)	(149.961)	(74.995)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	19	(141.367)	21.489	(138.366)	50.240
Impostos e contribuições		(218.594)	(128.472)	(213.361)	50.240
Resultado do exercício		495.399	428.630	495.399	428.630
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores.....		495.399	428.630	495.399	428.630
Acionistas não controladores.....		-	-	-	-
Resultado do exercício		495.399	428.630	495.399	428.630
Resultado por ação					
Resultado por ação ordinária - básico (em R\$ mil)	25	1.880	1.627	1.880	1.627
Resultado por ação preferencial - básico (em R\$ mil).....	25	1.880	1.627	1.880	1.627
Resultado por ação ordinária - diluído (em R\$ mil)	25	1.880	1.627	1.880	1.627
Resultado por ação preferencial - diluído (em R\$ mil)	25	1.880	1.627	1.880	1.627

Além do lucro do período, não existiram outros resultados abrangentes.
Desta forma, a Companhia não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período	495.399	428.630	495.399	428.630
Ajustes para:				
Receita de equivalência	-	-	(27.721)	(446.785)
Depreciação e amortização	1.501	14.722	1.490	-
Provisão para contingências	490	277	44	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimo, financiamentos, debêntures e mútuo	228.053	159.393	208.247	71.200
Imposto de renda e contribuição social diferidos	141.367	(21.489)	138.366	(50.240)
Tributos diferidos	6.056	(309)	3.114	-
	872.866	581.224	818.939	2.806
Variações nos ativos e passivos:				
Redução no contas a receber de clientes e de concessão de serviços	(1.774.030)	9.647	(129.780)	-
(Aumento) no saldo de estoques	(2.313)	741	-	-
(Aumento) Redução no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquido do passivo	(32.417)	(2.882)	4.993	5.128
(Aumento) Redução no saldo de impostos e contribuições diferidos ativos líquido do passivo	52.929	(193.680)	-	-
(Aumento) no saldo de tributos diferidos ativos líquido do passivo	89.151	207.250	-	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(41.385)	10.991	(38.183)	20.208
(Redução) no saldo de fornecedores	21.431	(3.015)	1.669	4.554
(Redução) no saldo de taxas regulamentares	27.067	(636)	16.611	-
Aumento no saldo de outras contas a pagar	54.852	(4.311)	24.273	107
	(1.604.715)	24.024	(120.417)	29.997
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(731.849)	605.248	698.522	32.803
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Redução (Aumento) no saldo de outros investimentos a longo prazo	4.276	(3.953)	60.998	-
Aquisição de controladas	-	-	(1.130.516)	-
Adições/Baixas no imobilizado, intangível e diferido	(4.988)	(15.738)	(2.406)	-
Diminuição do investimento pelo ajuste das novas normas	-	-	-	234.943
Aumento de capital na controlada em conjunto	-	-	(4.640)	(806.914)
Caixa líquido decorrente das atividades de investimentos	(712)	(19.691)	(1.076.564)	(571.971)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos	600.709	24.592	755	-
Debêntures	-	1.407.261	-	1.407.261
Notas promissórias	1.170.000	-	1.170.000	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(29.528)	(930.080)	(16.199)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(10.913)	(93.197)	(4.925)	-
Pagamento de notas promissórias - principal	-	(550.000)	-	(550.000)
Pagamento de notas promissórias - juros	-	(42.520)	-	(42.605)
Pagamento de debêntures - juros	(169.908)	-	(169.908)	-
Dividendos pagos	(740.614)	(106.330)	(740.614)	(106.330)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	819.746	(290.274)	239.109	708.326
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	87.185	295.283	(138.933)	169.158
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	414.578	119.295	410.335	22.568
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	501.763	414.578	271.402	191.726
Aumento (Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	87.185	295.283	(138.933)	169.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Operação, manutenção e remuneração do ativo financeiro	1.024.712	791.675	960.823	
Outras receitas operacionais	45.129	62.950	42.885	-
	<u>1.069.841</u>	<u>854.625</u>	<u>1.003.708</u>	<u>-</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(48.711)	(50.336)	(37.184)	(4.957)
Despesas gerais, administrativas e outros	(7.312)	(10.577)	(8.877)	(452)
	<u>(56.023)</u>	<u>(60.913)</u>	<u>(46.061)</u>	<u>(5.409)</u>
Valor adicionado bruto	1.013.818	793.712	957.647	(5.409)
Depreciação, amortização e exaustão	(1.501)	(14.722)	(1.490)	(14.975)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.012.317	778.990	956.157	(20.384)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	27.721	446.785
Receitas financeiras	63.513	47.284	50.965	10.228
Outras	1.116	2.730	618	1.162
Valor adicionado total a distribuir	1.076.946	829.004	1.035.461	437.791

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	27.194	28.159	27.477	2.118
Benefícios	8.525	4.914	8.323	11
FGTS	2.001	1.727	1.908	-
	<u>37.720</u>	<u>34.800</u>	<u>37.708</u>	<u>2.129</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	299.861	190.892	288.080	(50.220)
Estaduais	424	55	410	-
Municipais	196	-	139	-
	<u>300.481</u>	<u>190.947</u>	<u>288.629</u>	<u>(50.220)</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Encargos de dívidas e variação monetária	237.940	167.935	208.816	54.488
Outras	5.406	6.692	4.909	2.764
	<u>243.346</u>	<u>174.627</u>	<u>213.725</u>	<u>57.252</u>
Remuneração de capitais próprios				
Reserva legal	24.770	21.432	24.770	21.432
Reserva de incentivo fiscal	42.095	-	42.095	-
Dividendos obrigatórios	214.267	203.599	214.267	203.599
Dividendos adicionais propostos	-	203.599	-	203.599
Reserva especial - reinvestimento	214.267	-	214.267	-
	<u>495.399</u>	<u>428.630</u>	<u>495.399</u>	<u>428.630</u>
Valor adicionado total distribuído	1.076.946	829.004	1.035.461	437.791

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. A Companhia tem como objeto social: • Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN); • Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (i) estudos e atividades de planejamento; (ii) Análises químicas em materiais e equipamentos; (iii) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento; (iv) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (v) suporte técnico. • Praticar quaisquer outras atividades econômicas, nacionais ou estrangeiras, em caráter acessório, em parceria com outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e • Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, e operação e manutenção de instalações de outras concessionárias.

Controladoras diretas - a Companhia tem como controladores a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), sociedade anônima de capital aberto e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - 56,69%, e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu - 38,59%.

Controladas e controladas em conjunto - a Companhia possui participação societária nas seguintes entidades:

	Participação	
	2011	2010
Controladas		
NTE – Nordeste Transmissora de Energia S.A	100,00%	-
Controladas em conjunto		
UNISA - União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A	50,00%	-
ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A	52,58%	52,58%
Brasnorte Transmissora de Energia S.A	38,66%	38,67%

Abaixo se encontram descritas as concessões do Grupo Taesa, cuja finalidade é a de operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de eletricidade e para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do sistema interligado (Sistema Interligado Nacional - SIN) por um período de 30 anos.

CONCESSÕES		AQUISIÇÃO	CONTRATO DE CONCESSÃO	INÍCIO DA CONCESSÃO	TÉRMINO DA CONCESSÃO	LOCALIDADES DAS SUBESTAÇÕES	EXTENSÃO/TENSÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO		
TAESA	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A.	06/06/06	097/2000	20/12/00	20/12/30	Serra da Mesa I - GO Serra da Mesa II - GO Rio das Éguas - BA Bom Jesus da Lapa - BA Ibicoara - BA Sapeaçu - BA Sapeaçu - BA Sapeaçu - BA Camaçari - BA	1.062 km	500 kV	
						7 km	230kV		
						107 km	500 kV		
	Munirah - Transmissora de Energia S.A.	31/03/06	006/2004	18/02/04	18/02/34	Goianinha - PE Mussurê - PB	51 km	230 kV	
	Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A	30/11/07	001/2002	21/01/02	21/01/32	Paraiso - RN	135 km	230 kV	
	Patesa - Paraiso Açú Transmissora de Energia S.A	30/11/07	087/2002	11/12/02	11/12/32	Açu - RN Imperatriz - MA Colinas - TO Miracema - TO Gurupi - TO Serra da Mesa - GO Samambaia - DF	1.278 km	500 kV	
ETEO	ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.	31/05/08	040/2000	12/05/00	12/05/30	Taquaraçu - SP Assis - SP Sumaré - SP	502 km	440 kV	
NTE	Nordeste Transmissora de Energia S.A	30/11/11	002/2002	21/01/2002	21/01/2032	Campina Grande II - PB	186 km	230 kV	
						Angelim - PE Xingó - SE	197 km	500 kV	
ETAU	ETAU - Empresa de TransmissãoAlto Uruguai S. A.	28/12/07	082/2002	18/12/02	18/12/32	Campos Novos - SC Barra Grande - SC Lagoa Vermelha - RS Santa Marta - RS	188 km	230 kV	
BRASNORTE	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	17/09/07	003/2008	17/03/08	17/03/38	Juba - MT Jauru - MT Brasnorte - MT Nova Mutum - MT	382 km	230 kV	
UNISA	STE - Sul Transmissora de Energia S.A	30/11/11	081/2002	19/12/2002	19/12/2032	Maçambará (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), Uruguaiana (RS)	389 km	230 kV	
	ATE Transmissora de Energia S.A.	30/11/11	003/2004	18/02/2004	18/02/2034	Londrina (PR), Assis (SP), Araraquara (SP)	370 km	525 kV	
	ATE II Transmissora de Energia S.A	30/11/11	011/2005	15/03/2005	15/03/2035	Colinas do Tocantins (TO), Ribeiro Gonçalves (PI), São João do Piauí (PI), Sobradinho (BA)	942 km	500 kV	
	ATE III Transmissora de Energia S.A	30/11/11	001/2006	27/03/2006	27/03/2036	Colinas do Tocantins (TO), Marabá (PA), Parauapebas (PA)	359 km	500 kV	
								95 km	230 kV
	TOTAL							6.250 Km	



As aplicações financeiras à longo prazo referem-se basicamente aos saldos vinculados mantidos pelas concessões NTE e ETAU para garantia do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Com relação as aplicações registradas na linha de “Outros” – R\$ 42.386, os saldos referem-se às aplicações da controlada em conjunto UNISA compostos de conta reserva oriundas do empréstimo com o BID, fundos de renda fixa e aplicações compromissadas. Em 06 de janeiro de 2011 o BNDES liberou os recursos, relativos às concessões TSN e NVT, mantidos pela Companhia em contas de aplicação financeira de longo prazo, em virtude dos empréstimos com o BNDES terem sido liquidados pela Companhia em dezembro de 2010. A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 24.

7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Cientes	138.187	88.004	97.851	85.860
Ativo Financeiro	5.035.924	3.312.077	3.240.574	3.122.785
	5.174.111	3.400.081	3.338.425	3.208.645
Circulante	958.731	630.356	678.404	613.894
Não Circulante	4.215.380	2.769.725	2.660.021	2.594.751
	5.174.111	3.400.081	3.338.425	3.208.645

	Saldo a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				2011	2010
Cientes					
Classe de consumidor					

Consolidado					
Industrial (a)	4.543	733	4.161	9.437	4.776
Suprimento a Outras Concessionárias (b)	117.703	28	13.366	131.098	86.230
Comércio, Serviços e Outros (c)	(3.700)	1.352	-	(2.348)	(3.002)
	118.546	2.114	17.527	138.187	88.004

Controladora					
Industrial (a)	3.345	493	3.025	6.863	4.674
Suprimento a Outras Concessionárias (b)	93.262	1	1.339	94.602	84.126
Comércio, Serviços e Outros (c)	(3.614)	-	-	(3.614)	(2.940)
	92.993	494	4.364	97.851	85.860

(a) Consumidores livres (indústrias); (b) Geradoras, transmissoras e distribuidoras; (c) Refere-se à provisão para os desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no exercício de 2011, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, deverão ser cobrados no exercício de 2012, e contas a receber de compartilhamento das subestações da ATE II com as empresas IENNE – Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A., Iracema Transmissora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte.

Ativo financeiro - Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava recebíveis de concessão de serviços no montante de R\$ 5.035.924 (R\$ 3.212.077 em 31 de dezembro de 2010), representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. Os juros incorridos desde o início da construção foram de R\$ 4.258.601. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do CAPM (Capital Asset Pricing Model) cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 5,68% e 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento. No exercício de 2011 a Companhia registrou uma receita de remuneração de recebíveis de concessão de R\$ 761.233 (R\$ 553.573 em 31 de dezembro de 2010) – vide nota explicativa nº 26.

Ativo Financeiro	Participação	2010	Adição	Juros	Recebimentos	2011
Consolidado						
TSN	100,00%	1.156.928	1.966	264.863	(224.353)	1.199.404
ETEO	100,00%	490.670	43	99.771	(90.955)	499.529
NVT	100,00%	1.475.187	167	344.480	(278.192)	1.541.642
ETAU	52,58%	92.662	-	14.611	(9.406)	97.867
BRASNORTE	38,67%	96.630	1.275	13.837	(6.746)	104.996
NTE	100,00%	-	450.259	5.275	(7.047)	448.487
UNISA	50,00%	-	1.147.419	9.369	(12.788)	1.144.000
Total		3.312.077	1.601.129	752.206	(629.487)	5.035.924
Controladora						
TSN	100,00%	1.156.928	1.966	264.863	(224.353)	1.199.404
ETEO	100,00%	490.670	43	99.771	(90.955)	499.529
NVT	100,00%	1.475.187	167	344.480	(278.192)	1.541.642
Total		3.122.785	2.176	709.114	(593.500)	3.240.574

Acordo de concessão de serviços: O Grupo, por meio das concessões TSN, ETEO, Novatrans, Brasnorte, ETAU, NTE, ATE, ATE II, ATE III e STE, assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. Abaixo se encontram as principais características desses contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL: **Receta Anual Permitida** - A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo IGP-M (TSN, GTESA, PATESA, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II e STE) e IPCA (Brasnorte e ATE III). **Ativo financeiro indenizável** - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do art. 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias junto ao órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata de “reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas”, a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se ainda às exigências dos órgãos ambientais dos estados, onde serão implantadas as linhas de transmissão. **Faturamento da Receita de operação, manutenção e construção** - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, à faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustada e revisada anualmente. A partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% (cinquenta por cento) do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo final da concessão. No caso da concessão Brasnorte não há decréscimo do faturamento no 16º (décimo sexto) ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão. **Parcela Variável** - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 06 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% (dois por cento) do valor da receita anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do auto de infração. **Descumprimento de penalidades** - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o poder concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações. **Renovação ou rescisão** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **Estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP):** As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão (DIT), que não pertencem à Rede Básica, é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Esta remuneração não varia com a sua disponibilidade. A seguir encontra-se a composição da receita das concessionárias de acordo com as Resoluções emitidas pela ANEEL: • Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Homologatória Aneel nº 1.171 de 28 de junho de 2011:

Ciclo 2011-2012	RAP RBL	RAP RBNI	RAP RBNI FR	RAP RBL FR	RPEC DIT	RCDM DIT	PA APURAÇÃO
TSN	336.971	9.257	-	-	-	-	(2.866)
MUNIRAH	26.008	-	-	-	-	-	127
GTESA	6.340	-	-	-	-	-	(53)
PATESA	15.226	-	-	-	-	-	62
NOVATRANS	370.484	-	-	-	-	-	(3.073)
ETAU (a)	14.261	75	1.238	-	-	680	(326)
ETEO	125.354	-	-	-	-	-	(1.040)
BRASNORTE (a)	6.583	821	-	661	33	-	50
STE (a)	28.397	718	-	-	-	-	347
ATE (a)	53.104	-	-	-	-	-	218
ATE II (a)	80.834	-	-	-	-	-	395
ATEIII (a)	37.091	819	-	-	-	-	139
TOTAL	1.100.653	11.690	1.238	661	33	680	(6.020)

• Ciclo 2010-2011 - RAP no período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011 - Resolução ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010:

Ciclo 2010-2011	RAP RB	RAP RBF	RAP DIT	RPEC	PA APURAÇÃO
TSN	315.383	-	-	-	(2.439)
MUNIRAH	23.029	-	-	-	(196)
GTESA	5.775	-	-	-	(49)
PATESA	13.505	-	-	-	(115)
NOVATRANS	337.500	-	-	-	(2.495)
ETAU (a)	12.721	1.163	623	-	(372)
ETEO	114.194	-	-	-	(972)
BRASNORTE (a)	6.021	604	-	30	189
TOTAL	828.128	1.767	623	30	(6.449)

(a) Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões. Onde: • RAP - RBL – Rede Básica Licitada; • RAP - RBNI – Rede Básica Novas Instalações; • RAP - RBNI FR – Rede Básica Novas Instalações - Fronteira; • RAP - RBL FR – Rede Básica Licitada - Fronteira; • RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão; • RCDM - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão; • RAP - RB - Receita Básica; • RAP - RBF - Receita Básica de Fronteira; • RAP - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão; • PA - APURAÇÃO - Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2009-2010/2010-2011).

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
IRPJ e CSLL antecipados	1.749	649	1.643	370
PIS e COFINS a compensar (a)	33.081	5.252	2.982	5.247
IRPJ e CSLL a compensar (b)	17.112	868	7.619	868
Imposto de renda retido na fonte (c)	2.828	19.252	1.957	19.061
IR, CSLL, PIS, COFINS - Lei nº 10.833/03 (d)	5.075	1.759	1.449	1.725
Outros (e)	1.554	3.709	219	3.709
	61.399	31.489	15.869	30.980

Passivo				
IRPJ e CSLL correntes (f)	4.066	7.453	566	7.036
PIS e COFINS	3.966	2.516	2.424	2.426
INSS e FGTS	2.744	1.123	854	1.091
ISS	1.025	848	85	268
CSLL, COFINS E PIS - Lei nº 10.833	184	244	72	143
ICMS	418	120	222	100
Outros (g)	1.558	4.164	542	3.820
	13.961	16.468	4.765	14.884

(a) Refere-se ao crédito de PIS e COFINS apurado pelo regime não cumulativo, calculados à alíquota de 9,25% sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços oriunda das atividades da Taesa Serviços e da UNISA (ATE II e ATE III), bem como créditos de PIS e COFINS oriundos de recolhimentos efetuados a maior pela TSN e pela UNISA (ATE) em períodos anteriores. (b) Refere-se ao saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados pela UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE) e NTE nos anos-calendário de 2006 a 2011. Taesa no ano-calendário de 2009, TSN apurado no ano-calendário de 2008 e pela ETEO, Novatrans, Alterosa e Brasnorte no ano-calendário de 2010. (c) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras pela Taesa e UNISA (ATE II, ATE III e STE) no decorrer do ano-calendário de 2011. (d) Referem-se aos impostos e contribuições sociais (IR, CSLL, PIS e COFINS) retidos na fonte sobre os serviços prestados aos órgãos e entidades da administração pública pela Taesa e UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE) no decorrer do ano-calendário de 2011. (e) Refere-se basicamente ao INSS recolhido indevidamente pela Novatrans e Taesa Serviços nos anos-calendário de 2008 e 2009, bem como pagamentos indevidos ou a maior efetuados pela UNISA. (f) Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL, a qual contempla as antecipações mensais calculadas com base em balanços de suspensão ou redução pela Taesa, NTE, Brasnorte e UNISA, bem como a provisão de IRPJ e CSLL apurada pela ETAU calculada com base no regime do lucro presumido. (g) Refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamento e de terceiros a recolher pela Taesa, Brasnorte, ETAU, NTE e UNISA, bem como à CIDE sobre remessas ao exterior da UNISA (ATE e ATE III).

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio (a)	557.138	581.025	557.138	581.025
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - RTT (b)	47.824	20.882	12.028	18.797
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais (b)	14.487	36.757	3.156	36.757
	619.449	638.664	572.322	636.579
Passivo				
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – RTT	345.716	170.635	244.745	170.635

(a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010. (b) Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia indicam a recuperação dos impostos diferidos reconhecidos sobre o prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de CSLL e diferenças temporárias, e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia em seu mercado de atuação. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e CVM nº 349/01. Conforme determinação da ANEEL, os valores são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa. Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, elaborados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

Expectativa de Realização	2012	2013	Após 2013	Total
Ágio				
Imposto de Renda	17.892	20.694	371.074	409.660
Contribuição Social	6.441	7.450	133.587	147.478
	24.333	28.144	504.661	557.138
Prejuízos fiscais				
Imposto de Renda	10.652	-	-	10.652
Contribuição Social	3.835	-	-	3.835
	14.487	-	-	14.487
Outras diferenças temporárias				
Imposto de Renda	35.165	-	-	35.165
Contribuição Social	12.659	-	-	12.659
	47.824	-	-	47.824
	86.644	28.144	504.661	619.449

As Administrações da Companhia e de suas controladas em conjunto elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. Os referidos estudos são aprovados pelo Conselho de Administração anualmente. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. De acordo com o art. 510 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional. As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	Base de	2011			2010		
	Cálculo	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Consolidado							
Amortização ágio Taesa Atlântico.....	-	-	-	-	3.371	1.213	4.584
Amortização ágio Taesa Atlântico – Prov.Integr. PL.....	-	-	-	-	6.543	2.355	8.898
Variação Cambial Passiva - Regime Caixa.....	93.929	23.482	8.454	31.936	-	-	-
Provisão contingências.....	1.471	368	132	500	-	-	-
Provisão P&D.....	1.341	335	121	456	-	-	-
Rateio antecipação e Parcela de Ajuste.....	28.026	7.006	2.523	9.529	1.166	420	1.586
Provisão gratificação de empregados.....	-	-	-	-	91	33	124
Provisão para fornecedores.....	175	44	16	60	351	126	477
Provisão para parcela variável.....	3.821	956	343	1.299	735	265	1.000
Tributos com exigibilidade suspensa.....	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes Lei nº 11.638/07 e 11.941/09.....	11.782	2.946	1.060	4.006	3.068	1.107	4.175
Total do ativo.....		35.165	12.639	47.824	15.353	5.529	20.882
Variação Cambial Ativa - Regime Caixa.....	139.055	34.764	12.515	47.279	-	-	-
Ajustes da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09.....	877.755	219.439	78.998	298.437	125.467	45.168	170.635
Total do passivo.....		254.203	91.513	345.716	125.467	45.168	170.635

do processo. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 771,77. **ICMS** – Ação anulatória de débito fiscal de ICMS com pedido de antecipação da tutela proposta pela Taessa Serviços em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspendeu a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 215. **Contribuições ao PIS e ao COFINS** – Embargos à Execução Fiscal interposto pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e ao COFINS. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.474. **Depósito para Garantia do Juro** – ICMS – Execução fiscal interposta pela ATE através do qual se cobra a diferença do ICMS recolhido quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal para a empresa pelo Estado do Pará, no qual restava reduzido em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados acima. Foram opostos embargos à execução fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), os quais ainda não tiveram sentença. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 687.

12. INVESTIMENTOS

No período de janeiro a dezembro de 2011 a Companhia registrou ganho de equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto no valor de R\$ 27.721 (R\$ 446,78 no período de janeiro a dezembro de 2010). Em 2010 a Companhia apresentou no resultado de equivalência todo o ganho decorrente das operações com suas controladas TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços, que foram incorporadas a Taesa na mesma data. Em 20 de maio de 2011 a Companhia recebeu dividendos da controlada em conjunto ETAU no valor de R\$1.117 referentes ao exercício de 2009. Nenhuma das controladas e controladas em conjunto contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores. Abaixo encontram-se os saldos de balanço das controladas e controladas em conjunto apresentados da seguinte forma: • Ativos, passivos, patrimônio líquido e contas de resultado – 100% dos saldos; • Equivalência patrimonial – saldos equivalentes à participação da Companhia nas controladas e controladas em conjunto.

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de Passivos	Patrimônio Líquido
2011							
ETAU	22.263	106.694	128.957	11.257	35.809	47.066	81.891
BRASNORTE	30.157	254.922	285.079	14.590	64.229	78.819	206.260
UNISA	573.797	2.293.268	2.867.065	360.274	915.504	1.275.778	1.591.287
NTE	125.393	305.499	430.892	39.612	112.603	152.215	278.677
	751.610	2.960.383	3.711.993	425.733	1.128.145	1.553.878	2.158.115
2010							
TSN	335.509	1.005.902	1.341.411	92.976	35.332	128.308	1.213.103
Novatrans	370.160	1.266.493	1.636.653	103.601	239.937	343.538	1.293.115
ETEO	185.548	412.878	598.426	43.841	108.132	151.973	446.453
ETAU	19.796	98.890	118.686	11.633	41.639	53.272	65.414
BRASNORTE	13.800	230.718	244.518	15.870	76.779	70.811	173.707
TAESA SERVIÇOS	34.468	4.669	39.137	1.456	3.766	5.222	33.915
	974.803	3.029.534	4.004.307	269.377	505.585	774.962	3.229.349

	Participação	Quantidade de ações	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
2011						
ETAU	52,5838%	34.895.364	36.842	(10.183)	26.659	14.018
BRASNORTE	38,6645%	191.052.000	40.979	(24.064)	16.915	6.530
UNISA.....	50,00%	786.131.862	35.338	(31.397)	3.941	1.971
NTE	100,00%	147.183.428	19.666	(14.464)	5.202	5.202
			132.825	(80.108)	52.717	27.721
2010						
TSN	100,00%	345.685.809	334.975	(139.628)	195.347	195.347
Novatrans	100,00%	407.322.896	326.043	(146.012)	180.031	180.031
ETEO.....	100,00%	37.257.198	101.092	(41.182)	59.910	59.910
ETAU	52,58%	34.895.364	28.685	(12.221)	16.464	8.657
BRASNORTE	38,67%	179.052.000	37.446	(33.307)	4.139	1.601
TAESA SERVIÇOS	100,00%	42.396.340	1.102	(1.355)	(253)	(253)
			829.343	(373.705)	455.638	445.293
			Ágio ETAU (a)		1.492	
			Equivalência Patrimonial			446.785

(a) Refere-se à reversão da amortização do ágio que vinha sendo feita em 2009 e foi estornada quando da adoção das novas práticas em 2010.

13. INTANGÍVEL

		Consolidado				Controladora			
		Vida Útil	2010	Adição	Baixa	2011	2010	Adição	Baixa
Com vida Útil Definida									
Softwares.....	5 anos	1.222	-	-	1.222	1.222	-	-	1.222
Concessão (a)	20 anos	-	2.574	-	2.574	-	-	-	-
Custo		1.222	2.574	-	3.796	1.222	-	-	1.222
Softwares.....		(448)	(275)	-	(723)	(448)	(275)	-	(723)
Concessão (a)		-	(11)	-	(11)	-	-	-	-
Amortização Acumulada.....		(448)	(286)	-	(734)	(448)	(275)	-	(723)
Com vida Útil Indefinida									
Incorporação da Munirah (b)	Indefinida	7.403	-	-	7.403	7.403	-	-	7.403
Patentes e marcas registradas	Indefinida	33	-	-	33	33	-	-	33
Custo		7.436	-	-	7.436	7.436	-	-	7.436
Incorporação da Munirah (b)		(4.051)	-	-	(4.051)	(4.051)	-	-	(4.051)
Amortização Acumulada.....		(4.051)	-	-	(4.051)	(4.051)	-	-	(4.051)
		4.159	2.288	-	6.447	4.159	(275)	-	3.884

a) Refere-se a alocação do valor de aquisição da controlada NTE já considerando a alocação ao ativo financeiro e o registro de impostos diferidos.

A amortização dos ativos intangíveis é registrada na conta de despesa de amortização no resultado da Companhia.

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores (a)	3.488	1.774	2.351	1.023
Outras contas a receber (b)	19.141	2.643	15.041	2.581
Partes Relacionadas (c)	16.233	49	27.045	48
	<u>38.862</u>	<u>4.466</u>	<u>44.437</u>	<u>3.652</u>
Ativo não circulante				
Partes Relacionadas (c)	35	2.002	68	3.724
Outras contas a receber	827	-	729	-
	<u>862</u>	<u>2.002</u>	<u>797</u>	<u>3.724</u>
Passivo circulante				
Folha de pagamento	9.267	3.424	8.950	3.415
Compensação Ambiental	2.484	3.496	1.547	2.748
Partes Relacionadas (c)	29.536	-	-	-
Outras contas a pagar	1.020	3.544	169	3.544
	<u>42.307</u>	<u>10.464</u>	<u>10.666</u>	<u>9.707</u>
Passivo não circulante				
Ratelo de antecipação (e)	29.154	5.366	28.440	5.054
Partes relacionadas (c)	725	2.035	953	953
Outras contas a pagar	4	108	5	108
	<u>29.883</u>	<u>7.509</u>	<u>29.398</u>	<u>6.115</u>

Fonte	Concessão	Tipo de Captação	Início do Pagamento	Encargos
SIND. DE BANCOS	TAESA (Novtarans)	empréstimo	19/12/2006	
SIND. DE BANCOS (HSBC E JP MORGAN)(a)	TAESA	notas promissórias	23/11/2012	
FINAME(b)	TAESA	subcrédito "a" subcrédito "b"	15/11/2011	
CEF	BRASORTE	empréstimo	10/07/2010	
BNDES	ETAU	subcrédito "c" subcrédito "a" e "b"	15/08/2004	C
BNDES(c)	NTE	subcrédito "a" e "c" subcrédito "b" e "d"	15/02/2006	C
BNDES(c)	UNISA (ATE)	subcrédito "a" e "b" subcrédito "c"	15/09/2006 15/10/2006	
BNDES(c)	UNISA (ATEII)	subcrédito "a" subcrédito "b"	15/01/2008 15/02/2008	
BNDES(c)	UNISA (STE)	subcrédito "a" e "b" subcrédito "c"	15/03/2005	
BID(c)	UNISA (ATEII)	empréstimo "a" empréstimo "b"	15/05/2007	L L
BID(c)	UNISA (ATEIII)	empréstimo "a" empréstimo "a2" empréstimo "b"	15/05/2008	L L
UNIBANCO(c)	UNISA (STE)	subcrédito "a"	15/07/2009	

(a) **FINAME – Taesa** – Em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou junto ao Saazander Cédula de Crédito Bancário – BNDES FINAME PSI – Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SE's Imperatriz, Colinas, Miracema e Gurupi. Em 28 de outubro de 2011, ocorreu a liberação de R\$756, com as seguintes características: Sub-crédito A: R\$ 587 e Sub-crédito B: R\$ 169, totalizando os R\$ 756. • Prazo e data de Vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 15 de novembro de 2011 e o 1º vencimento de amortização em 15 de setembro de 2013; a última parcela será paga em 15 de agosto de 2021. • Remuneração: Sub-crédito A – 8,70% ao ano; Sub-crédito B – TJ462 + 3,20% ao ano. Não houve custos de captação deste empréstimo, pois o spread do banco foi embutido dentro da taxa do financiamento.

(b) **Notas Promissórias – Taesa** – Em 29 de novembro de 2011 a Companhia emitiu 234 notas promissórias com valor nominal unitário de R\$ 5.000, perfazendo um valor total de R\$ 1.170.000. As Notas Promissórias possuem as seguintes características: Data de Vencimento: as notas promissórias vencerão em 23 de novembro de 2012. • Remuneração: As notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 105,50% da taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros, over extra curru, exressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP

(a) Adiantamento a fornecedores para compra de equipamentos e prestação de serviços, (b) Despesas com projetos de Pesquisa e Desenvolvimento ainda não encerrados e valores a receber da Abengoa constantes no contrato de compra de 50% das ações da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. – UNISA, (c) Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas decorrerem de transações entre a Companhia, seus controladores, suas controladas e suas controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Abaixo segue a composição com partes relacionadas:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
Contas a Receber Membros da Administração (iv).....	-	49	-	48
Contas a Receber Taesa x Unisa (ii).....	13.523	-	27.045	-
Contas a receber Unisa X Abengoa Construções Brasil Ltda (iii).....	1.957	-	-	-
Contas a receber Unisa X Omega Oper.e Man.de LT (iii).....	659	-	-	-
Outras contas a receber	94	-	-	-
	16.233	49	27.045	48
Ativo não circulante				
Mútuo Taesa X Brasnorte (ii).....	-	1.622	-	2.644
Contas a receber Taesa X ETAU (ii).....	22	20	48	42
Contas a receber Taesa X Brasnorte.....	13	360	20	588
	35	2.002	68	3.274

Passivo circulante				
Contas a pagar Unisa X Omega Oper.e Man.de LT (iii).....	12.343	-	-	-
Contas a pagar Unisa X Abengoa Construções Brasil Ltda (iii)	3.670	-	-	-
Contas a pagar UNISA x Abengoa.....	13.523	-	-	-
	29.536	-	-	-

Passivo não circulante				
Contas a pagar Taesa X CEMIG (i).....	298	298	298	298
Contas a pagar Taesa X Brasnorte (ii).....	402	402	655	655
Contas a pagar Brasnorte X Bimetal (iii).....	-	1.290	-	-
Contas a pagar ETAU X Eletrosul (iii).....	25	45	-	-
	725	2.035	953	953

Resultado - Receita				
Receita de Prestação de Serviços TAS X ETAU (ii)	261	253	551	533
Receita de Prestação de Serviços TAS X BRAS (ii)	147	139	239	227
Receita de Mútuo Taesa X BRAS (ii)	34	148	55	383
	442	540	846	1.143

Resultado - Despesa				
Despesa ETAU X CEEE (iii).....	-	1.680	-	-
Despesa ETAU X Eletrosul	-	522	-	-
Despesa BRAS X BIMETAL (iii).....	-	951	-	-
	-	3.153	-	-

transações entre a Companhia e sua controladora, **Taesx X CEMIG** - Com base na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de novembro de 2009, quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia, a Cemig Geração e Transmissão S.A. efetuou o pagamento do valor total da remuneração dos administradores referente ao exercício de 2009 - **R\$ 419**, ficando a Taesx com a obrigação de reembolsá-la em período posterior.

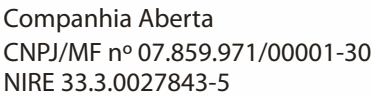
(ii) **Transações entre as empresas controladas em conjunto: Taesx X Brasnorte - mútuo** - Em 16 de fevereiro de 2009 a Brasnorte e a Taesx assinaram um contrato, onde a Taesx como mutuante, entregou à Brasnorte como mutuária o montante de **R\$ 42.193** à título de mútuo com encargos financeiros com base em uma variação de CDI + 6,6% a.a. Durante o exercício de 2009, parte do saldo do mútuo foi utilizado para aumento de capital na Companhia no montante de **R\$ 38.430**. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de **R\$ 3.763**. **Taesx X Brasnorte - contas a pagar** - Refere-se ao IRRF não retido sobre o pagamento de mútuo por parte da Brasnorte. **Taesx X Etau - contas a receber** - As transações realizadas entre a Taesx Serviços e a ETau referem-se ao contrato de prestação de serviços de "Back office" para atividades administrativas, assinado em 03 de julho de 2008, no montante mensal de **R\$ 39** reajustados anualmente pelo IGP-M e com prazo de vigência de 4 (quatro) anos a partir da sua assinatura. **Brasnorte X Taesx - contas a receber** - Em 25 de abril de 2008 a Brasnorte e a TSN assinaram um contrato de comodato, onde a TSN como comodante, cedeu a Brasnorte, comodataria, parte do imóvel, onde é usado para a sede da Empresa. O contrato foi aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.636 de 25/04/2008. Não houve valor para o contrato assinado entre as partes. **Taesx X UNISA - contas a receber** - créditos a receber da Unisa constantes no contrato de compra de 50%; das ações da União de Energia Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA. (iii) **Transações entre as controladas em conjunto Etau, Brasnorte e UNISA e seus outros acionistas** - O saldo no consolidado das transações abaixo refere-se à participação dos demais acionistas, não eliminada na consolidação. **Brasnorte X Bimetal - contas a pagar** - O saldo registrado no passivo da Brasnorte refere-se a contratação da Bimetal para construção da linha de transmissão Brasnorte. Em 19 de março de 2008 a Brasnorte e a Bimetal assinaram um contrato de fornecimento de materiais e prestação de serviços, na modalidade empreitada integral, para a implantação das linhas de transmissão, objeto da concessão adquirida pela Brasnorte. O contrato assinado entre as partes possuía valor total de **R\$ 85.476**. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de **R\$ 3.728**. **ETAU X Eletrosul e CEEE - contas as pagar** - Em 30 de dezembro de 2004 a ETau e a CEEE (um de seus controladores) assinaram um contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo período da concessão, em conformidade com os procedimentos de rede, a legislação aplicável e com eventuais determinações do ONS, utilizando a mesma infra-estrutura e logística com as quais realiza a operação e manutenção das instalações e equipamentos que compõem as concessões de transmissão da CEEE. O contrato foi substituído em 23 de junho de 2010 por dois novos contratos de O&M. Um desses contratos foi celebrado entre a ETau e a CEEE e o outro entre a ETau e a Eletrosul. Tal substituição se deve ao fato de que a CEEE cedeu parte do escopo do contrato de O&M para a Eletrosul, buscando otimizar a execução destas atividades. Os novos contratos possuem vigência de 4 anos a partir da data de assinatura (20/06/2010) e possuem os seguintes valores mensais: CEEE e ETau - **R\$ 135** e Eletrosul - **R\$ 170**. Os contratos possuem vigência de 4 anos a partir da data de assinatura (20/06/2010) e possuem os seguintes valores mensais: CEEE e ETau - **R\$ 135** e Eletrosul - **R\$ 170**. (iv) **Transações entre Taesx e membros da Administração** - Refere-se ao pagamento de honorários para a implementação da linha de transmissão, conforme determina o Edital de Licitação, com prazo até a extinção de uma das concessões. O contrato assinado entre as partes possui valor de **R\$ 10** mensais atualizados anualmente, pelo IGP-M. **UNISA X Omega - contas a receber** - Trata-se de contrato celebrado entre a ATE II e a Omega em 30 de novembro de 2011 pela prestação de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão bem como a assistência técnica de apoio. A Omega recebeu, a título de remuneração, o valor de **R\$ 1.210** mensais, corrigidos anualmente pelo IPCA do período. **UNISA X Omega X Abengoa Construções - contas a pagar** - Valores a pagar à Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão e à Abengoa Construções Brasil Ltda por parte da Unisa pelo pagamento de despesas de materiais e serviços na construção de reforços na ATE III. **UNISA X Abengoa - contas a pagar** - saldos a pagar da Abengoa referentes a dividendos de exercícios anteriores. (iv) **Transações entre Taesx e membros da Administração** - Refere-se ao saldo a receber pela TSN dos membros da Administração do Grupo Taesx oriundo da venda dos veículos de propriedade da Companhia e de uso pelos mesmos. O contrato de compra e venda foi celebrado em 09 de fevereiro de 2010 pelas partes e o pagamento foi realizado em 20 (vinte) parcelas fixas. (d) Refere-se à provisão das obrigações com IBAMA e FUNAI para a realização de projetos de compensação ambiental cujo desembolso no período de janeiro a dezembro de 2011 foi de **R\$ 24** (**R\$ 4.294** no período de janeiro a dezembro 2010). (e) A ANEEL, por meio de Ofício nº 237/2005 - SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base neste Ofício, o ONS adicionou à receita mensal das concessionárias do Grupo, no período de janeiro a dezembro de 2011, o montante de **R\$ 30.678**. (**R\$ 5.469** no período de janeiro a dezembro de 2010). Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em adição à RAP para o período findo em 30 de dezembro de 2011, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo ONS a partir de 1º de julho de 2012.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda Nacional	Consolidado								
	Circulante				Não Circulante			Total	
	Encargos	Principal	Custos a Amortizar	Total	Principal	Custos a Amortizar	Total	2011	2010
SINDICATO DE									
BANCOS	13.452	1.202.833	(1.965)	1.214.320	565.834	-	565.834	1.780.154	48.852
BNDES	1.565	60.181	-	61.746		-	-	61.746	24.955
CEF	118	4.070	-	4.188	14.660	(178)	14.482	18.670	22.761
UNIBANCO	5	783		788	392		392	1.180	-
	15.140	1.267.867	(1.965)	1.281.042	580.886	(178)	580.708	1.861.750	96.568
TAESA	12.403	1.186.198	(1.965)	1.196.636	16.955	-	16.955	1.213.591	48.852
ETAU	89	3.570	-	3.659	18.146	-	18.146	21.805	24.955
BRASNORTE	118	4.071	-	4.189	14.660	(178)	14.482	18.671	22.761
UNISA	2.080	52.459	-	54.539	453.828	-	453.828	508.367	-
NTE	450	21.569	-	22.019	77.297	-	77.297	99.316	-
	15.140	1.267.867	(1.965)	1.281.042	580.886	(178)	580.708	1.861.750	96.568

	Total Curto								Total Longo	
	2012		2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Prazo	Total
URTJ.....	53.225	53.225	51.488	51.110	51.110	43.276	27.868	34.038	258.890	312.115
UMBND\$.....	9.302	9.302	9.473	9.498	9.524	8.346	5.995	8.826	51.662	60.964
CDI.....	1.202.901	1.202.901	20.388	4.189	4.189	2.094	-	-	30.860	1.233.761
LIBOR.....	17.691	17.691	20.013	20.543	21.936	24.226	26.053	126.118	238.888	256.580
TX FIXA.....	6	6	24	73	73	73	73	269	587	591
(-) Custos de empréstimos.....	(2.083)	(2.083)	(88)	(58)	(29)	(3)	-	-	(178)	(2.262)
	1.281.042	1.281.042	101.298	85.355	86.803	78.012	59.989	169.251	580.708	1.861.751

www.taesa.com.br



Em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a Beneficiária deverá apresentar ao BNDES ou BID Contrato de O&M em termos satisfatórios ao BNDES ou BID, firmado com empresa de reconhecida capacidade técnica;	x		x
Apresentar balancete semestral ou balanço anual auditado.	x		
Manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato.	x	x	
Não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem novas dívidas sem autorização.	x	x	x
Apresentar e manter as licenças ambientais.	x	x	x
Índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0.			x
Índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 2,33.			x
Constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive) o ano e a partir deste momento 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.		x	x
Manter em conta reserva a média entre os próximos dois pagamentos (saldo em dólar).			x
Índice da dívida sobre o capital social da companhia não deve ser superior a 1,22			x
Indicadores Financeiros - manter durante a vigência do contrato, os seguintes indicadores Financeiros, a serem apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras: Dívida Bancária Líquida/ Ebitda - <=2,5; Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - >=1,3.			

Garantidor	Beneficiário	Garantia do Contrato de Financiamento
ETAU	BNDES	1 - 100% das ações da ETAU detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, EEEE e DME 2 - Direitos da concessão ETAU 3 - Recebíveis da concessão ETAU
Brasnorte	CEF	1 - 100% das ações da Brasnorte detidas pelas acionistas Taesa, Eletronorte e Bimetal 2 - Direitos creditórios da concessão Brasnorte 3 - Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte
NTE	BNDES	1 - 100% das ações da NTE detidas pela controladora Taesa 2 - Direitos da concessão NTE 3 - Recebíveis da concessão NTE 4 - Fiança 5 - Seguro garantia de execução do projeto
UNISA (ATE)	BNDES	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
UNISA (ATE II)	BNDES	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
UNISA (ATE III)	BID	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão

Debtors - Trade	34,998	(1,736)	33,262	1,438,416	(3,719)	1,434,697	1,467,959	1,444,726
-----------------	--------	---------	--------	-----------	---------	-----------	-----------	-----------

Fonte	Concessão	Início do Pagamento	Encargos Financeiros Anuais (%)	Despesa Financeira em 31/12/2011	Parcelas a Vencer em 31/12/2011	Vencimento do Contrato
-------	-----------	---------------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------

1ª emissão - Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 34.500 da primeira série e 25.500 da segunda série, no valor de R\$ 255.000, perfazendo um valor total de R\$ 600.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de **Bookbuilding**. Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a companhia nos dias 2 e 3 de agosto de 2010, totalizando **R\$ 602.850** (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). As debêntures possuem as seguintes características:

- **Convertibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações; • **Especie:** Quirográfica; • **Tipo e Forma:** Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados; • **Prazo e Data de Vencimento:** As debêntures da primeira série e segunda série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015; e • **Atualização Monetária:** O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado. O valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso, será atualizado, a partir da data de emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA").

• Remuneração: 1ª série - sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento); e 2ª série - sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, atualizados pelos DI - IPCA, incidirão juros remuneratórios de 7,91%. • **Data de Pagamento dos juros:** Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série e segunda série devem ser pagos no dia 15 de julho de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011 e o último pagamento ocorreu em 15 de julho de 2015. • **Prazo de Amortização:** O valor nominal unitário das debêntures da primeira série e segunda série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a terceira com vencimento em 15 de julho de 2015. A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 01 de junho de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$ 1.000. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$ 550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 11,33% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 03 de agosto de 2010 no valor total de R\$ 592.605, além dos custos decorrentes da presente emissão. O saldo remanescente foi utilizado pela Companhia para capital de giro. Os custos incorridos para a captação desse empréstimo foram de R\$ 3.094. 2ª emissão - Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 100, sendo 4.250 da primeira série e 3.900 da segunda série, no valor de R\$ 425.000, 2.450 da segunda série, no valor de R\$ 245.000 e 1.450 da quarta série, no valor de R\$ 145.000, perfazendo um valor total de R\$ 815.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de **Bookbuilding**. Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 2 de agosto totalizando **R\$ 815.750** (valor este já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). As debêntures possuem as seguintes características:

- **Convertibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações; • **Especie:** Quirográfica e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados; • **Prazo e Data de Vencimento:** As debêntures da primeira série e segunda série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2017. • **Atualização Monetária:** O valor nominal unitário das debêntures da primeira, segunda e quarta série não será atualizado. • **Remuneração:** 1ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,40%. 2ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,60%. 4ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da quarta série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da quarta série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,60%. • **Data de Pagamento dos juros:** 1ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2015. 2ª série e 4ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da segunda e quarta série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2017. • **Prazo de Amortização:** 1ª série - O valor nominal unitário das debêntures da primeira série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2015. 2ª série e 4ª série - O valor nominal unitário das debêntures da segunda e quarta série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2017. A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 30 de novembro de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados no aumento de capital nas sociedades controladas da Companhia, Novtrans Energia S.A e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A, nos montantes de R\$ 372.275 e R\$ 434.638, respectivamente. Tais recursos, adicionados ao saldo de caixa dessas concessionárias, foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas por elas contraídas junto ao BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$ 372.275 na Novtrans e R\$ 435.410 na TSN.



Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.859.971/00001-30
NIRE 33.3.0027843-5

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	1ª EMISSÃO	2ª EMISSÃO
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.		x
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social, exceto (i) por determinação legal, ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação de sua controladas TSN, Novatrans, ETEO, Taesa Serviços e/ou de sua acionista Transmissora Alterosa de Energia S.A.	x	x
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	x	x
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplimento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000	x	x
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	x	x
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	x	x
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	x	x

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto possuem pleno atendimento às cláusulas restritivas ("covenants").

	Obrigação da Companhia	Instituição	Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Perda não realizada	Valor Recebido	Valor Pago	Resultado	Propósito de proteção
Direito da Companhia										
UNISA (ATE II)										
LIBOR6M + OVER LIBOR.....	USD	Santander	Em 11/2022	Swap	48.616	270	270	-	381	8 Variação do indexador
LIBOR6M + OVER LIBOR.....	USD	Santander	Em 11/2018	Swap	5.341	11	11	-	32	1 Variação do indexador
UNISA (ATE III)										
LIBOR6M + OVER LIBOR.....	USD	Santander	Em 05/2020	Swap	69.126	422	422	-	219	43 Variação do indexador
BRL.....	USD	Citibank	Em 11/2012	Opção	5.419	829	829	829	-	(7) Riscos Cambiais
BRL.....	USD	Citibank	Em 05/2013	Opção	5.695	901	901	901	-	129 Riscos Cambiais
BRL.....	USD	HSBC	Em 05/2012	Opção	4.839	198	198	198	-	148 Riscos Cambiais
					2.630	2.630	1.927	632	322	

Premissas para registro dos instrumentos financeiros derivativos: • Todos os hedges que temos na ATE II e ATE III são condições contratuais dos financiamentos com o BID. • Na ATE II o swap da libor foi travado a 8%, onde caso a libor ultrapasse esse valor, o banco pagará a diferença ATE II. • Na ATE III o swap da libor travado a 7%, onde caso a libor ultrapasse esse valor, o banco pagará a diferença ATE III. O BID solicitou que as concessionárias contratassem cobertura para os próximos 03 (três) serviços da dívida durante os 5 primeiros anos de contrato, onde a última cobertura contratada foi em novembro de 2011 que tem vencimento em maio de 2013. Desta forma, em junho de 2013 não teremos nenhuma opção em nossos balanços.

18. PROVISÕES

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2010	Adições	2011
Consolidado			
Trabalhistas.....	71	458	529
Fiscais.....	209	-	209
Cíveis.....	179	32	211
	459	490	949
Controladora			
Trabalhistas.....	71	18	89
Fiscais.....	209	-	209
Cíveis.....	10	26	36
	290	44	334

Os valores apresentados acima estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado no ativo. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas, envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão, indenização de seguro, bem como manifestações de inconformidade relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil. Em 31 de dezembro de 2011, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 58.836 (R\$ 57.923 em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. As principais causas fiscais classificadas como sendo de êxito possível pelas concessionárias da Taesa são: • **ISN** - Referem-se basicamente aos processos administrativos tributários e às manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em montante de R\$ 31.522, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$ 513. • **Novatrans** - Referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário de 2008, bem como manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R\$ 6.945. • **NTE** - Referem-se a processos administrativos tributários decorrentes de manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), totalizando R\$ 5.316, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$ 3.431. A Novatrans e TSN vêm discutindo judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS promovida pela Lei nº 9.718/98, através da qual está sendo requerida a compensação dos indêbitos tributários realizados no período de abril de 2001 e janeiro de 2004 a título de COFINS sobre as receitas não operacionais. Baseado na opinião de seus consultores fiscais de que as chances de êxito nesse processo são prováveis, na Interpretação Técnica nº 02/2006 emitida pelo IBRACON e na resolução CFC nº 1.180 de 24/07/2009, nenhuma provisão foi constituída. A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao estado de origem e outra relativa ao estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres emitidos por seus consultores jurídicos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária junto à ANEEL.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por 5 (cinco) anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso. **Impostos e contribuições correntes** - A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social.....	713.993	557.102
Alíquota nominal.....	34%	34%
	(242.758)	(189.415)
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados pela controladora.....	-	(22.622)
Prejuízo fiscal apurado pela Taesa Serviços (suciedida pela Taesa).....	-	(86)
Prejuízo fiscal apurado pela Brasnorte.....	-	(556)
Complemento/reversão de províesões.....	(7.359)	886
Ajuste RTT - amortização de ágio Munirah (suciedida pela Taesa)	133	503
Ajuste RTT - Novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09.....	77.074	29.563
Diferença de alíquota lucro presumido x lucro real - ETAU.....	4.239	2.290
Variação Cambial - BNDES.....	(205)	-
Juros sobre Capital Próprio apurado pela ETEO (suciedida pela Taesa)	-	7.832
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE.....	14.969	21.153
Amortização de ágio Taesa Atlântico.....	28.561	-
Amortização de ágio Alterosa.....	10.882	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.....	33.719	-
Outras.....	144	(1.987)
Imposto de renda e contribuição social (I)	(80.601)	(152.439)
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE (II)	44.026	62.216
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE (Reclas. para Outras Rec. Operacionais) (II)	(44.026)	(62.216)
Incentivo Fiscal IRPJ - Outros (III)	3.374	2.478
Imposto de renda e contribuição social correntes (I+II+III)	(77.227)	(149.961)
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(77.227)	(149.961)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(141.367)	21.489
	(218.594)	(128.472)
Alíquota efetiva.....	31%	23%

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE: • TAESA (TSN e Novatrans) - Em 30 de julho de 2003, o Ministério de Integração Nacional através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à TSN um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela unidade produtiva de Bom Jesus da Lapa, posteriormente ampliado para as unidades produtivas de Sapeaçu e Camacari decorrentes da aquisição e incorporação da Munirah. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE. Em 30 de novembro de 2007, através da incorporação das empresas GTESA e PATESA, que também possuíam 100% de sua área incentivada pelo fato de suas linhas estarem localizadas nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o percentual total da TSN referente ao benefício supracitado passou a ser de 85,34%. Em 16 de novembro de 2004, a Novatrans obteve junto à Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, através do Laudo Constitutivo nº 169/2004, o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida nos Estados de Maranhão e Tocantins. O benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Norte-Sul II de 73,29%, sendo este o percentual da linha que se encontra nos dois Estados que fazem parte da área incentivada pela SUDAM. Em 31 de dezembro de 2010, com a incorporação das empresas TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços, o percentual total da Taesa referente ao benefício supracitado passou a ser de 68,21%. Os incentivos têm validade até o ano de 2013 e impõem algumas obrigações e restrições: (a) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas; (b) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e (c) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada. A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções. Considerando que TSN e Novatrans foram incorporadas à Companhia em 31 de dezembro de 2010, os benefícios fiscais decorrentes dos incentivos fiscais de redução do IRPJ foram aproveitados pela Companhia, sucessora em bens, direitos e obrigações a partir do ano-calendário de 2011. • **NTE** - Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0323/2004, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco. • **UNISA** - As empresas ATE II e ATE III gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Pará. Tais incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre os resultados apurados até o ano-base de 2016 (ATE II) e 2018 (ATE III). **Impostos e contribuições diferidos** - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, incluindo-se dentre elas, os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 em função da adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), bem como sobre o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos derivativos contratados pela UNISA, tiveram o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. A controlada em conjunto UNISA está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada à uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2011 o portfólio de derivativos da UNISA (ATE II e ATE III), pode ser resumido conforme tabela a seguir:

	2011			
	Valor de Referência	Valor Justo	Valores a Receber (Pagar)	Ganhos (Perdas) Não Realizados
Contratos de swap				
Posição ativa	246.166	1.407	1.264	104
Taxa Libor (i)				
Contratos de opções				
Posição titular – compra	31.907	3.853	3.853	540
Moeda estrangeira.....				
	278.073	5.260	2.589	644

Os derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2011 estão registrados contabilmente pelo seu valor de mercado. Em atendimento a Instrução CVM nº 475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

	Perda não realizada		Valor Recebido	Valor Pago	Resultado	Propósito de proteção
	Valor Conforme contrato	Valor justo				
Direito da Companhia						
UNISA (ATE II)						
LIBOR6M + OVER LIBOR.....	48.616	270	270	-	381	8 Variação do indexador
LIBOR6M + OVER LIBOR.....	5.341	11	11	-	32	1 Variação do indexador
UNISA (ATE III)						
LIBOR6M + OVER LIBOR.....	69.126	422	422	-	219	43 Variação do indexador
BRL.....	5.419	829	829	829	-	(7) Riscos Cambiais
BRL.....	5.695	901	901	901	-	129 Riscos Cambiais
BRL.....	4.839	198	198	198	-	148 Riscos Cambiais
	2.630	2.630	1.927	632	322	

	Consolidado	
	2011	2010
Imposto de renda.....	(103.946)	5.670
Contribuição social.....	(37.421)	15.819
	(141.367)	21.489

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 1.312.536, sendo representado por 203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Estatuto Social prevê que a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 1.400.000, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundo de Invest. em Part. Colseu - FIP								
Colseu.....	101.678.120	49,96%	-	0,00%	101.678.120	38,59%	101.678.120	38,59%
Cernig Geração e Transmissão SA - Cernig GT.....	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%	149.374.291	56,69%
Free Float.....	4.148.824	2,04%	8.297.648	13,83%	12.446.472	4,72%	-	-
Conselheiros.....	22	0,00%	-	0,00%	22	0,00%	-	-
Pessoas Vinculadas.....	2	0,00%	-	0,00%	2	0,00%	-	-
Total.....	203.517.711	100,00%	59.981.196	100,00%	263.498.907	100,00%	251.052.411	95,28%

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; • Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; • Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; • Escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e • Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2. b. **Reserva legal** - Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social. c. **Reserva especial** - Constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2009 após a distribuição de dividendos intercalares e a destinação da reserva legal no montante de R\$ 106.330. Em 17 de novembro de 2010 a reserva foi revertida para pagamento de dividendos intermediários (vide letra e - remuneração aos acionistas). d. **Reserva especial de ágio** - Com base do disposto na Instrução CVM nº 319 de 03 de dezembro de 1999, art 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$ 412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$ 182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa. e. **Remuneração aos acionistas** - O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2010 e dos lucros acumulados até o exercício de 2009: Em 27 de abril de 2011 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ratificou a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2010 e dos lucros acumulados até o exercício de 2009. A nova destinação dos recursos aprovada pela Assembleia segue descrita abaixo:

Total a destinar		
Lucro líquido de 2010.....		428.630
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas		333.415
		762.045
Destinações		
Lucro líquido de 2010:.....		428.630
- Reserva legal (5%).....		(21.432)
- Dividendos mínimos obrigatórios (50%).....		(203.599)
- Dividendos adicionais propostos (50%).....		(203.599)
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas:.....		333.415
- Dividendos adicionais propostos.....		(333.415)
Reserva legal.....		(21.432)
Dividendos.....		(740.613)
Total destinado.....		(762.045)

Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2010 e lucros acumulados até o exercício de 2009. Em 31 de maio de 2011 a Companhia pagou a primeira parcela de dividendos no valor de R\$ 407.199, com base na posição acionária de 27 de abril de 2011 e em 31 de outubro foi paga a segunda parcela de dividendos no valor de R\$ 333.415.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2011.

Lucro líquido de 2011.....		495.399
- Reserva legal (5%).....		(24.770)
- Reserva de incentivo fiscal.....		(42.095)
- Dividendos obrigatórios (50%).....		(214.267)
- Reserva especial - reinvestimento		(214.267)
Resumo das destinações:		
- Reservas.....		(281.132)
- Dividendos.....		(214.267)
Total.....		(495.399)

21. DIVIDENDOS A RECEBER E DIVIDENDOS A PAGAR

	Controladora		Controlada	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
Dividendos a receber da ETAU.....	-	-	988	1.200
Dividendos a receber da NTE.....	-	-	8.699	-
Dividendos a receber da UNISA.....	-	-	743	-
	-	-	10.430	1.200
Passivo circulante				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa.....	214.270	203.600	214.270	203.600
	214.270	203.600	214.270	203.600

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e profissionais-chave da Administração, **Administradores** - No período compreendido entre janeiro a dezembro de 2011, os Administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 2.313 (R\$2.240 no período de janeiro a dezembro de 2010), sendo contabilizadas como despesas com "pessoal - administradores". Ocorreram benefícios adicionais aos Administradores no valor de R\$ 162 (R\$ 0) em dezembro de 2010) e remuneração variável de R\$ 1.377 (R\$ 0 em 2010). **Remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal:** a. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2011: • Conselho de administração: Remuneração fixa: 100%; • Comitês: Os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às suas respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração. • Diretoria: Remuneração fixa: 63% e Remuneração Variável: 37%; • Conselho fiscal: Remuneração fixa: 100%; b. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o período findo em 31 de dezembro de 2011:

Período findo em dezembro de 2011	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	11	3	5	19
Remuneração fixa anual	2.255	2.313	234	4.802
Salário ou pró-labore	1.581	2.151	195	3.927
Benefícios diretos e indiretos	n/a	162	n/a	162
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (a)	674	n/a	39	713
Remuneração Variável	n/a	1.377	n/a	1.377
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	1.377	n/a	1.377
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração	2.255	3.690	234	6.179

c. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o período findo em 31 de dezembro de 2011:

Período findo em dezembro de 2011	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros.....	11	3	5	19
Valor da maior remuneração individual no exercício.....	114	776	53	-
Valor da menor remuneração individual no exercício.....	13	666	18	-
Valor médio de remuneração individual no exercício.....	64	721	36	-

23. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

O Grupo Taesa, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. No processo realizado em 2010 foram alterados os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação. Destaca-se que essa alteração de critérios em nada impacta na exposição ao risco das controladas, mantendo-as com elevados níveis de segurança à potenciais sinistros, dessa forma permanecemos com os mesmo critérios na renovação realizada no ano de 2011. As concessões do Grupo possuem cobertura de seguros contra incêndio, riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores – D&O. As concessões do Grupo, com exceção da NTE, não mantêm seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em atendimento ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a NTE – Nordeste Transmissora de Energia S.A., contrata seus seguros (Risco Operacional e Risco Civil) em termos e condições aceitas pelo BNDES. Desta forma, para esta Companhia o seguro abrange todas as subestações e as linhas de transmissão do projeto, tendo ainda como beneficiário nas suas apólices o próprio BNDES.

Responsabilidade Civil					
Concessões	Seguradora	Vigência	Taxa	LMI	Prêmio Total
TAESA - TSN	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,2780%	10.000	28
TAESA - PATESA	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0121%	10.000	1
TAESA -GTESA	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0051%	10.000	1
TAESA -MUNIRAH	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0206%	10.000	2
TAESA -NVT	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,2952%	10.000	30
TAESA -ETEO	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,1013%	10.000	10
ETAU	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0255%	10.000	3
BRASNORTE	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0187%	10.000	2
NTE	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0718%	10.000	7
ATE.....	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,3600%	10.000	36
ATE II.....	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,5800%	10.000	58
ATE III.....	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,4700%	10.000	47
STE.....	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,1900%	10.000	19
Total					243

Risco Operacional (Subestações, Almoarifado, Instalações Prediais)					
Concessões	Seguradora	Vigência	LMI	Valor em Risco	Prêmio Total
TAESA - TSN	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	338.838	262
TAESA	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	1.635	2
TAESA -NVT	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	204.633	272
TAESA -ETEO	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	39.234	18
ETAU	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	13.857	11
BRASNORTE	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	54.140	53
NTE	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	50.000	231.395	103
ATE.....	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	224.993	225
ATE II.....	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	465.724	466
ATE III.....	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	332.174	332
STE.....	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	113.560	114
Total					1.856

Veículos Próprios e Terceirizados (R\$)					
Concessões	Seguradora	Vigência	Cobertura	Total de Veículos	Prêmio Total
TAESA - TSN	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	54	133
TAESA - NVT	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	48	145
TAESA - ETEO	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	11	30
BRASNORTE	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	6	11
Total					319

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos: Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de impacto; e • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supracitados, os objetivos da Companhia, o gerenciamento de risco e de capital exercidos pela Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. A auditoria interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões pontuais de controles de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados a Administração. **Tipos de risco:** a. **Riscos de crédito** - é o risco da a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a riscos de crédito** - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa.....	501.763	414.578	271.402	410.335
Outros Investimentos.....	58.559	62.835	-	60.998
Clientes.....	138.187	88.004	97.851	85.860
Ativo financeiro.....	5.035.924	3.312.077	3.240.574	3.122.785
	5.734.433	3.877.494	3.609.827	3.679.978

• **Caixas e equivalentes de caixa e outros investimentos:** A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa, e outros investimentos de R\$ 560.322 (em 2010 R\$ 477.413), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos são mantidos com bancos e instituições financeiras de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. • **Clientes e ativo financeiro:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes considerando que o CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS, da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: • Contrato de Constituição de Garantia - CGG; e • Carta de Fiança Bancária - CFB. Abaixo descrevemos as principais vantagens destes mecanismos de proteção: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e • Negociação de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. b. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. c. A Companhia tem empréstimos bancários e debêntures garantidos que contêm cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos detalhada na nota explicativas nº 15 e nº 16. d. **Riscos de mercado** - é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. e. **Risco cambial** - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos indexados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$). Em 2011 a Companhia possuía R\$ 373.079 (20.04%) de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar americano). Desta forma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia. O gerenciamento do risco cambial é realizado pela Administração da Companhia com base na contratação de instrumentos derivativos conforme nota explicativa nº 17.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de câmbio

As análises efetuadas pela Administração da Companhia consideram que o risco de impacto no resultado referente às diferenças entre as taxas ocorrerá somente no momento em que a Libor ultrapassar 8%. A Administração efetuou as análises da taxa Libor com base em informações da Bloomberg e BM&Fbovespa, sendo que a taxa mais longa de 5.580 dias tem a maior curva de Libor associada ao vértice máximo de 2,55%. Dado as características dos contratos, onde a ponta ativa está atrelada à variação cambial acrescida de 8% a.a. e a ponta passiva atrelada à variação cambial acrescida de Libor, a Administração considera improvável que a Libor atinja este nível, motivo pelo qual, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada.

Risco de Elevação de Taxa de Juros					
			+25%	+50%	
Nominal (USD)	Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
31.907	Opção	Alta USD	2.432	14.734	29.894

Entre as premissas utilizadas no cálculo da análise de sensibilidade, destaca-se a consideração do prêmio pago nas projeções dos senários acima.

f. **Risco de taxa de juros** – Refere-se aos impactos nas taxas de juros sobre despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. **Perfil** - Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Instrumentos financeiros de taxa variável				
Aplicações financeiras.....	467.463	413.463	271.112	409.791
Outros investimentos.....	58.559	62.835	-	60.998
Empréstimos e debêntures.....	3.329.709	1.541.296	2.681.551	1.493.580

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

	Exposição			Controladora			Consolidado		
				Cenário			Cenário		
Operação	Controladora	Consolidado	Risco	provável *	Cenário A	Cenário B	provável *	Cenário A	Cenário B
Aplicações			Queda da						
financeiras	271.112	467.585	taxa CDI	6.637	5.023	3.380	7.699	5.827	3.921
Total	271.112	314.505		6.637	5.023	3.380	7.699	5.827	3.921
				Cenário			Cenário		
Referência para ativos financeiros:				provável	-25%	-50%	provável	-25%	-50%
CDI (%)				10,33%	7,75%	5,17%	10,33%	7,75%	5,17%

	Exposição (R\$ mil)			Controladora			Consolidado		
Operação	Controladora	Consolidado	Risco	Cenário provável *	Cenário A	Cenário B	Cenário provável *	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos, e debêntures									
- Sindicato.....	32.561	32.561	Alta da taxa CDI	797	988	1.175	797	988	1.175
- Debêntures - 1ª emissão.....	653.819	653.819	-	13.730	17.072	20.380	13.730	17.072	20.380
1ª Série.....	365.386	365.386	Alta da taxa CDI	8.945	11.082	13.182	8.945	11.082	13.182
2ª Série.....	288.433	288.433	Alta da taxa IPCA	4.785	5.990	7.198	4.785	5.990	7.198
- Debêntures - 2ª emissão.....	819.595	819.595	Alta da taxa CDI	20.065	24.858	29.570	20.065	24.858	29.570
- NP.....	1.182.233	1.182.233	Alta da taxa CDI	28.942	35.857	42.653	28.942	35.857	42.653
- CEF.....	-	18.967	Alta da taxa CDI	-	-	464	-	575	684
Total.....	1.505.975	1.524.942		34.592	42.918	51.124	35.057	43.493	51.809

Referência para passivos financeiros:	Cenário provável *	25%	50%	Cenário provável *	25%	50%
CDI (%).....	10,33%	12,91%	15,50%	10,33%	12,91%	15,50%
IPCA (%).....	0,55%	0,69%	0,83%	0,55%	0,69%	0,83%

* Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 10,33% e IPCA médio estimado de 0,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente. Vale ressaltar que na elaboração da análise de sensibilidade a Companhia considerou como fatores de risco para os instrumentos financeiros o CDI e o IPCA. Os empréstimos indexados à TJLP não foram apresentados, visto que a Companhia não considera esse indexador como fator de risco. g. **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados. h. **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. i. **Risco operacional** - é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reporter prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados à alta Administração da Companhia. • **Riscos Regulatórios** - a Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e o Ministério do Meio Ambiente. • **Risco de seguros** - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da a Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, alguns tipo de danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. • **Risco de interrupção do serviço** - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para a Companhia. • **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. • **Risco técnico** - a infraestrutura das concessionárias da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). • **Risco de contencioso** - a Companhia está envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências. **Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Total dos empréstimos e debêntures.....	3.329.709	1.541.296	2.681.550	1.493.580
(-) Caixa e equivalentes de caixa.....	(501.763)	(414.578)	(271.402)	(410.335)
Dívida líquida.....	2.827.946	1.126.718	2.410.148	1.083.245
Total do Patrimônio Líquido.....	2.252.472	2.508.354	2.252.472	2.508.354
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido.....	1,25	0,45	1,07	0,43

Não houve alterações na abordagem da Companhia à Administração de capital durante o ano.

Classificações contábeis e valores justos. O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

		2011		2010	
	Nota	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Consolidado					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	55	501.763	501.763	414.578	414.578
Outros Investimentos	6	58.559	58.559	62.835	62.835
Clientes	7	138.187	138.187	88.004	88.004
Ativo financeiro	7	5.035.924	5.035.924	3.312.077	3.312.077
		5.734.433	5.734.433	3.874.494	3.874.494
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	14	1.861.750	1.861.750	96.568	96.568
Debêntures	15	1.467.959	1.467.959	1.444.728	1.444.728
		3.329.709	3.329.709	1.541.296	1.541.296
Controladora					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	271.402	271.402	410.335	410.335
Outros Investimentos	6	-	-	60.998	60.998
Clientes	7	97.851	97.851	85.860	85.860
Ativo financeiro	7	3.240.574	3.240.574	3.122.785	3.122.785
		3.609.827	3.609.827	3.679.978	3.679.978
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	14	1.213.592	1.213.592	48.852	48.852
Debêntures	15	1.467.959	1.467.959	1.444.728	1.444.728
		2.681.551	2.681.551	1.493.580	1.493.580

